



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 173 - SÁBADO, 15 DE OUTUBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p>Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾</p> <p>Líder do DEM - 6 Demóstenes Torres ^(3,4)</p> <p>Líder em exercício do DEM - 6 José Agripino ^(2,12) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p> <p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PR - 7 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade</p>

Notas:

- Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
- Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
- Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
- Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
- Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
- Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
- O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
- Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 186ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 1.104 e 1.105, de 2011, das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008-Complementar..... 41513

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Reatuação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008-Complementar, para Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008, por se tratar de lei ordinária, de acordo com a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos; e retificação do despacho inicial..... 41523

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008, que será apreciado terminativamente pela referida Comissão..... 41529

Adoção, pela Senhora Presidente da República, em 11 de outubro de 2011, publicação em 13 e republicação no mesmo dia, em edição extra, do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 547, de 2011, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 41529

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 292, de 2009; 78 e 104, de 2010. 41530

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011..... 41530

Realização de sessão especial na próxima segunda-feira, dia 17, às 11 horas, destinada a comemorar “2011 – Ano Mundial da Medicina Veterinária”, nos termos dos Requerimentos nºs 442 e 1.016, de 2011, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores. 41530

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da sessão não deliberativa de segunda-feira, dia 17, para comemorar os 94 anos de nascimento do Professor Afonso Pereira e o Dia do Professor, nos termos dos Requerimentos nºs 387 e 959, de 2011, dos Senadores Wilson Santiago, Cristovam Buarque e outros Senadores..... 41530

1.2.3 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 351, de 2011, de 11 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2008 (nº 5.743/2009, na Câmara dos Deputados), sancionado pela Presidente da República e convertido na Lei nº 12.500, de 2011..... 41530

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Registro da importância da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, formalizada em dezembro de 2003; e outros assuntos. 41531

SENADORA LÍDICE DA MATA – Proposta de radicalização da democracia com o uso de instrumentos de politização e participação popular; e outros assuntos. 41541

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES – Defesa de mais investimentos em saúde e educação no País; e outro assunto. 41549

1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA LÚCIA VANIA – Registro da matéria intitulada “União gastará mais com seguro-desemprego”, publicada pelo jornal **Valor Econômico**, edição de 21 de setembro do corrente; e outro assunto. 41552

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS

2.1 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA

Ata da 10ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2011..... 41555

3 – ATOS ADMINISTRATIVOS

3.1 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 186 a 189, de 2011 41556

SENADO FEDERAL**4 – COMISSÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS****SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 186ª Sessão, Não Deliberativa, em 14 de outubro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência da Srª Lídice da Mata e do Sr. Randolfe Rodrigues

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 25 minutos e encerra-se às 11 horas e 58 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há, sobre a Mesa, pareceres que serão lidos.

São os seguintes os pareceres:

PARECERES NºS 1.104 E 1.105, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar, do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.

PARECER Nº 1.104, DE 2011 (Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

RELATOR “AD HOC”: Senador PAULO PAIM

I - RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS/PASEP portadores de doenças graves.

Para inclusão da respectiva hipótese no ordenamento legal, propõe-se nova redação ao §1º do art. 4º da citada lei complementar.

Na justificção, o autor argumenta que o Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS/PASEP, mediante resoluções, autorizou a liberação dos saldos das contas dos referidos fundos ao titular, quando ele próprio, ou qualquer de seus dependentes, for portador de neoplasia maligna ou do vírus HIV. Pondera, ainda, que, além de a lei específica não mencionar doenças entre as hipóteses de saques, as resoluções instituíram “um tratamento diferenciado para algumas classes de doentes, o que é extremamente injusto.”

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

II - ANÁLISE

A Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, estabelece no §1º de seu art. 4º, verbis:

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

Consoante o art. 239 da Constituição Federal, as hipóteses de saque do PIS/PASEP foram mantidas pela Assembléia Nacional Constituinte, excetuando-se a ocorrência de casamento, verbis:

Art. 239.....

§ 2.º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o *caput* deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

.....”

Apesar dessa restrição constitucional, o Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP editou as Resoluções nºs 01, de 1996 e 05, de 2002, com base na Lei nº 8.922, de 1994, e na Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, autorizando a liberação do saldo das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) ao titular, quando ele próprio ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna ou portador do vírus HIV.

O referido Conselho tem implementado, portanto, o entendimento mais flexível quanto ao mencionado preceito constitucional, desde que novas hipóteses de saques daquele patrimônio sejam autorizados por lei específica. Note-se que essa interpretação dispensa, inclusive, a necessidade de lei complementar.

Inserido nesse contexto, o presente Projeto visa, tão-somente, institucionalizar a hipótese de saque em casos de doenças graves de que possam ser vítimas o titular do PIS/PASEP ou seus dependentes, remetendo a pormenorização do rol de doenças para a esfera de regulamentação da lei. A proposição, ao estabelecer rol não-taxativo das doenças graves, expressa, assim, compatibilidade com constantes mudanças no cenário epidemiológico.

Vale destacar que interpretação semelhante à acima exposta vem sendo adotada, de forma persistente, no Poder Judiciário, em várias de suas instâncias. Com efeito, tem sido formada, aliás, jurisprudência no sentido de permitir o saque do PIS/PASEP nas hipóteses de saque do FGTS, por constituírem, ambos, fundos criados com a mesma finalidade, em benefício do trabalhador. Vejamos, a propósito, as seguintes decisões judiciais:

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu pela "... expedição de alvará para liberação do PIS em caso de doença grave do trabalhador ou familiar, ainda que não enumerada expressamente em lei. O PIS e o FGTS nada mais são do que a poupança do trabalhador, devendo prevalecer o caráter social a que são destinados..." Apelação Cível. Proc. nº 2003.72050027707-SC. Órgão Julgador Terceira Turma. Decisão em 23.03.04.

2. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim decidiu: "... hipótese de saque não enumerada pelo Conselho Diretor do Fundo; porém de acordo com a finalidade social do PIS, e com o comprometimento do Estado perante a Sociedade, a Família e a dignidade da pessoa humana, uma vez que o autor encontra-se desempregado há vários anos e que sua idade é avançada (69 anos).Apelação Cível nº 346200-SE (2003.85.00.001662-1. Acórdão de 17.02.2005).

3. O Superior Tribunal de Justiça tem negado provimento a recursos especiais que visam anular decisões autorizadas de levantamento do PIS/PASEP em casos de doenças graves. Vejamos a seguinte ementa relativa ao acórdão de 14.08.2007 referente ao REsp 957794-RS, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI:

ADMINISTRATIVO. PASEP. LEVANTAMENTO. DOENÇA GRAVE. POSSIBILIDADE.

1. O Superior Tribunal de Justiça, em casos excepcionais, tem admitido a liberação do saldo do PIS/PASEP para fazer face às despesas com doença grave. Precedentes: RESP 732.487/RS, desta relatoria, DJ de 06.12.2005; RESP 685.716/RS, Relator Ministro Castro Meira, DJ de 20.06.2005; RESP 624.342/RS, Relatora Ministra Denise Arruda, DJ de 25.10.04; RESP 560.723/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 15.12.03 e RESP 387.846/RS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 12.08.2002" (AgRg no REsp 726828/SC, 1ªT. Rel. Min. Luiz Fux, DJ 05.10.2006). 2. Recurso especial a que se nega provimento. (grifei)

Em suma, o Poder Judiciário tem concedido alvará para autorização de saques do PIS/PASEP nas hipóteses previstas no presente projeto de lei. E, no nosso entendimento, de forma compatível com o determinado na própria lei complementar que criou tais contribuições: se são permitidos levantamentos dos saldos para os casos de invalidez ou morte de seus titulares, nada mais coerente que estendê-lo aos titulares e a seus dependentes com graves problemas de saúde, como previsto na proposição em exame.

Desse modo, o projeto tem o mérito de reduzir custos em processos judiciais, tanto para o titular do Fundo, quanto para a Caixa Econômica Federal, enquanto sujeito passivo nas respectivas ações. Por outro lado, ao viabilizar o saque em casos de doenças graves na família do titular, a medida legal reduz o sofrimento e transtorno daqueles que se encontram nessa situação, pois os recursos de poupança servem naturalmente para, também, auxiliar no custeio dos tratamentos.

Por fim, deve-se notar que o dispositivo constitucional acima mencionado excluiu das hipóteses de saques dos Fundos PIS/PASEP a ocorrência de casamento. Logo, a hipótese não pode constar da redação em projeto de lei, sob pena de flagrante inconstitucionalidade.

III - VOTO

Diante do exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste projeto de lei, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

Suprima-se o termo “casamento” contido na redação proposta para o §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, conforme art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão reunida na data de hoje, tendo sido designado relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, aprova o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº01-CAS.

Sala da Comissão, em 15 de abril de 2009.

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente

Senador Paulo Paim, Relator “ad hoc”.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2008 - COMPLEMENTAR

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/10/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI *Rosalba Ciarlina*

RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP *Paulo Paim*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

FLÁVIO ARNS (PT) *Flávio Arns*

1- FÁTIMA CLEIDE (PT)

AUGUSTO BOTELHO (PT)

2- CÉSAR BORGES (PR) *César Borges*

PAULO PAIM (PT)

3- EDUARDO SUPLICY (PT)

MARCELO CRIVELLA (PRB)

4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

..PEDITO JÚNIOR (PR)

5- IDELI SALVATTI (PT)

ROBERTO CAVALCANTI (PRB) *Roberto Cavalcanti*

6- (vago)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

7- JOSÉ NERY (PSOL) *José Nery*

MAIORIA (PMDB E PP)

MAIORIA (PMDB E PP)

(vago)

1- LOBÃO FILHO (PMDB)

GILVAM BORGES (PMDB)

2- ROMERO JUCÁ (PMDB)

PAULO DUQUE (PMDB) *Paulo Duque*

3- VALDIR RAUPP (PMDB)

GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)

4- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)

MÃO SANTA (PMDB) *Mão Santa*

5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)

1- HERÁCLITO FORTES (DEM)

..SALBA CIARLINI (DEM)

2- JAYME CAMPOS (DEM)

EFFRAIM MORAIS (DEM) *Efraim Moraes*

3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

RAIMUNDO COLOMBO (DEM)

4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)

LÚCIA VÂNIA (PSDB) *Lucia Vania*

5- MARISA SERRANO (PSDB)

EDUARDO AZEREDO (PSDB)

6- JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PAPALÉO PAES (PSDB)

7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)

PTB TITULARES

PTB SUPLENTE

MOZARILDO CAVALCANTI *Mozarildo Cavalcanti*

1- GIM ARGELLO

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

JOÃO DURVAL *João Durval*

1- (vago)

PARECER Nº 1.105, DE 2011 (Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

I – RELATÓRIO

Inicialmente encaminhado às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2008 - Complementar, do Senador SÉRGIO ZAMBIASI, recebeu parecer favorável na CAS, com emenda, cabendo agora a esta Comissão apreciar a matéria sob o prisma econômico.

A proposição modifica a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, de modo a permitir o saque dos recursos acumulados na conta individual do Fundo de Participação PIS-PASEP quando o titular ou qualquer de seus dependentes for portador de doença grave, a ser definida em regulamento.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

II – ANÁLISE

O PIS-PASEP é um fundo contábil de natureza financeira criado em 1975, pela Lei Complementar nº 26, de 1975, e é constituído com os recursos do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Desde 1989, deixou de contar com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições, já que o art. 239 da Constituição Federal de 1988 deu-lhes outra destinação: o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Assim, o fundo de participação representa hoje um estoque de recursos sem fluxo de novos aportes, a não ser os ingressos oriundos das aplicações financeiras efetuadas.

Ademais, constitui um patrimônio que pertence apenas aos trabalhadores cadastrados no PIS-PASEP até outubro de 1988. Em outras palavras, as contas de participação no PIS-PASEP representam patrimônios individuais que geram créditos sob a forma de rendimentos, enquanto não há o saque das quotas.

Os rendimentos anuais correspondem a juros de 3% ao ano mais o Resultado Líquido Adicional - RLA, de acordo com o saldo das quotas existente na conta de participação PIS/PASEP do trabalhador. Tais rendimentos podem ser sacados anualmente, no período estabelecido, de acordo com o calendário de pagamentos divulgado.

Com relação ao saque de quotas, este é possível apenas em caso de morte do trabalhador; aposentadoria comum e por invalidez; transferência para a reserva remunerada ou reforma, no caso de militares; AIDS; neoplasia maligna; benefício assistencial a idoso ou deficiente; e idade igual ou superior a 70 anos.

Entre 2009 e 2010, foram registrados 14 milhões de rendimentos. Já os saques de quotas somaram apenas 540 mil, com a seguinte distribuição:

- aposentadoria: 382,4 mil
- morte: 87,7 mil
- invalidez e reforma: 12,3 mil
- neoplasia maligna: 13,3 mil
- idade igual ou maior que 70 anos: 8,5 mil
- transferência para a reserva: 46 mil
- AIDS: 2,8 mil
- outros: 13 mil

Do exposto, conclui-se que os rendimentos anuais distribuídos aos trabalhadores são sobremaneira pequenos quando se contempla a magnitude das aplicações e do patrimônio do fundo de participação vis-à-vis as elevadas

taxas de juros presentes na economia brasileira. Além disso, as hipóteses de saque são limitadas, não contemplando, de fato, a doença grave em geral, mas apenas a neoplasia maligna e a AIDS, o que não se justifica.

Diante do exposto, conclui-se que a inclusão da doença grave dentre as hipóteses que dão direito ao saque dos recursos acumulados na conta individual é favorável aos trabalhadores e não trará qualquer ônus importante ao Fundo PIS-PASEP, razão pela qual deve ser apoiada.

Cabe, ressaltar, entretanto, que a partir do § 2º do art. 239 da Constituição Federal, foi conferido à Lei Complementar nº 26, de 1975, *status* de lei ordinária. Assim sendo, a partir da disposição constitucional, as modificações dessa lei têm que ser empreendidas mediante legislação ordinária.

Esse aspecto é importante, pois a tramitação de leis ordinárias confere particularidades importantes ao Poder Legislativo, tal como poder terminativo às comissões de cada Casa. Nesse sentido, observamos inadequação quanto à forma de autuação da proposição, registrada como projeto de lei do senado complementar.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto por requerer ao Presidente do Senado Federal, **preliminarmente**, na forma do art. 133, V “d” do Regimento Interno do Senado Federal, a reautuação do PLS nº 432, de 2008 – Complementar, a fim de que seja alterado de Projeto de Lei Complementar para Projeto de Lei Ordinário.

Sala da Comissão, 4 de outubro de 2011.

, **Presidente**

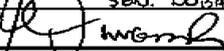


, **Relator**

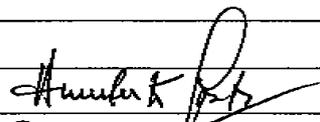
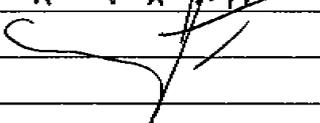
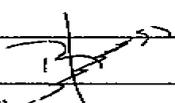
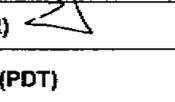
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432 DE 2008 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/10/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

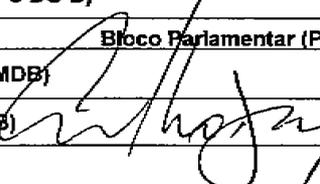
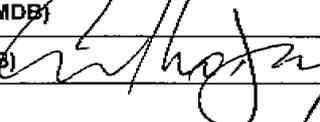
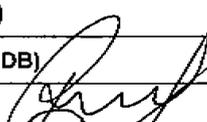
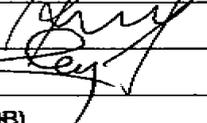
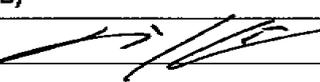
PRESIDENTE:  SEN. LOBÃO FILHO, VICE-PRESIDÊNCIA NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

RELATOR(A): 

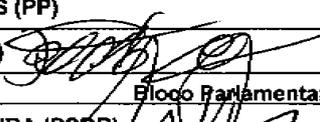
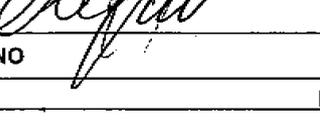
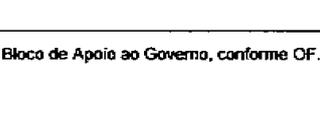
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB) ⁽¹⁾

DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-ZEZÉ PERRELLA (PDT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT) 	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT) 	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR) 
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR) 
AGIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

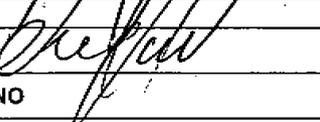
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

CASILDO MALDANER (PMDB) 	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB) 	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB) 
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP) 
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB) 	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
REDITARIO CASSOL (PP) 	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB) 	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB) 	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM) 	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM) 	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

PTB

ARMANDO MONTEIRO 	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

PSOL

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

(1) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lida na sessão do Senado de 20 de agosto de 2011.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO IX****Das Disposições Constitucionais Gerais**

Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § 3º deste artigo. (Regulamento)

§ 1º - Dos recursos mencionados no "caput" deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º - Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o "caput" deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º - Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º - O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

LEI COMPLEMENTAR Nº 26, DE 11 DE SETEMBRO DE 1975

Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

Art. 4º - As importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis, impenhoráveis e, ressalvado o disposto nos parágrafos deste artigo, indisponíveis por seus titulares.

§ 1º - Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o

qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

§ 2º - Será facultada, no final de cada exercício financeiro posterior da abertura da conta individual, a retirada das parcelas correspondentes aos créditos de que tratam as alíneas b e c do art. 3º.

§ 3º - Aos participantes cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos e que percebam salário mensal igual ou inferior a 5 (cinco) vezes o respectivo salário mínimo regional, será facultado, ao final de cada exercício financeiro, retirada complementar que permita perfazer valor igual ao do salário mínimo regional mensal vigente, respeitadas as disponibilidades de suas contas individuais.

LEI Nº 8.922, DE 25 DE JULHO DE 1994.

Acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador VALDIR RAUPP

I - RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS/PASEP portadores de doenças graves.

Para inclusão da respectiva hipótese no ordenamento legal, propõe-se nova redação ao §1º do art. 4º da citada lei complementar.

Na justificação, o autor argumenta que o Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS/PASEP, mediante resoluções, autorizou a liberação dos saldos das contas dos referidos fundos ao titular, quando ele próprio, ou qualquer de seus dependentes, for portador de neoplasia maligna ou do vírus HIV. Pondera, ainda, que, além de a lei específica não mencionar doenças entre as hipóteses de saques, as resoluções instituíram “um tratamento diferenciado para algumas classes de doentes, o que é extremamente injusto.”

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao Projeto.

II - ANÁLISE

A Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, estabelece no §1º de seu art. 4º, verbis:

§ 1º Ocorrendo casamento, aposentadoria, transferência para a reserva remunerada, reforma ou invalidez do titular da conta individual, poderá ele receber o respectivo saldo, o qual, no caso de morte, será pago a seus dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e com a legislação específica de servidores civis e militares ou, na falta daqueles, aos sucessores do titular, nos termos da lei civil.

Consoante o art. 239 da Constituição Federal, as hipóteses de saque do PIS/PASEP foram mantidas pela Assembléia Nacional Constituinte, excetuando-se a ocorrência de casamento, verbis:

Art. 239.....

§ 2.º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o *caput* deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

.....”.

Apesar dessa restrição constitucional, o Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP editou as Resoluções nºs 01, de 1996 e 05, de 2002, com base na Lei nº 8.922, de 1994, e na Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, autorizando a liberação do saldo das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) ao titular, quando ele próprio ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna ou portador do vírus HIV.

O referido Conselho tem implementado, portanto, o entendimento mais flexível quanto ao mencionado preceito constitucional, desde que novas hipóteses de saques daquele patrimônio sejam autorizados por lei específica. Note-se que essa interpretação dispensa, inclusive, a necessidade de lei complementar.

Inserido nesse contexto, o presente Projeto visa, tão-somente, institucionalizar a hipótese de saque em casos de doenças graves de que possam ser vítimas o titular do PIS/PASEP ou seus dependentes, remetendo a pormenorização do rol de doenças para a esfera de regulamentação da lei. A proposição, ao estabelecer rol não-taxativo das doenças graves, expressa, assim, compatibilidade com constantes mudanças no cenário epidemiológico.

Vale destacar que interpretação semelhante à acima exposta vem sendo adotada, de forma persistente, no Poder Judiciário, em várias de suas instâncias. Com efeito, tem sido formada, aliás, jurisprudência no sentido de permitir o saque do PIS/PASEP nas hipóteses de saque do FGTS, por constituírem, ambos, fundos criados com a mesma finalidade, em benefício do trabalhador. Vejamos, a propósito, as seguintes decisões judiciais:

1. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu pela "... expedição de alvará para liberação do PIS em caso de doença grave do trabalhador ou familiar, ainda que não enumerada expressamente em lei. O PIS e o FGTS nada mais são do que a poupança do trabalhador, devendo prevalecer o caráter social a que são destinados..." Apelação Cível. Proc. nº 2003.72050027707-SC. Órgão Julgador Terceira Turma. Decisão em 23.03.04.

2. O Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim decidiu: "... hipótese de saque não enumerada pelo Conselho Diretor do Fundo, porém de acordo com a finalidade social do PIS, e com o comprometimento do Estado perante a Sociedade, a Família e a dignidade da pessoa humana, uma vez que o autor encontra-se desempregado há vários anos e que sua idade é avançada (69 anos).Apelação Cível nº 346200-SE (2003.85.00.001662-1. Acórdão de 17.02.2005).

3. O Superior Tribunal de Justiça tem negado provimento a recursos especiais que visam anular decisões autorizadas de levantamento do PIS/PASEP em casos de doenças graves. Vejamos a seguinte ementa relativa ao acórdão de 14.08.2007 referente ao REsp 957794-RS, Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI:

ADMINISTRATIVO. PASEP. LEVANTAMENTO. DOENÇA GRAVE. POSSIBILIDADE.

I. O Superior Tribunal de Justiça, em casos excepcionais, tem admitido a liberação do saldo do PIS/PASEP para fazer face às despesas com doença grave. Precedentes: RESP 732.487/RS, desta relatoria, DJ de

06.12.2005; RESP 685.716/RS, Relator Ministro Castro Meira, DJ de 20.06.2005; RESP 624.342/RS, Relatora Ministra Denise Arruda, DJ de 25.10.04; RESP 560.723/SC, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 15.12.03 e RESP 387.846/RS, Relator Ministro Humberto Gomes de Barros, DJ de 12.08.2002" (AgRg no REsp 726828/SC, 1ªT. Rel. Min. Luiz Fux, DJ 05.10.2006). 2. Recurso especial a que se nega provimento. (grifei)

Em suma, o Poder Judiciário tem concedido alvará para autorização de saques do PIS/PASEP nas hipóteses previstas no presente projeto de lei. E, no nosso entendimento, de forma compatível com o determinado na própria lei complementar que criou tais contribuições: se são permitidos levantamentos dos saldos para os casos de invalidez ou morte de seus titulares, nada mais coerente que estendê-lo aos titulares e a seus dependentes com graves problemas de saúde, como previsto na proposição em exame.

Desse modo, o projeto tem o mérito de reduzir custos em processos judiciais, tanto para o titular do Fundo, quanto para a Caixa Econômica Federal, enquanto sujeito passivo nas respectivas ações. Por outro lado, ao viabilizar o saque em casos de doenças graves na família do titular, a medida legal reduz o sofrimento e transtorno daqueles que se encontram nessa situação, pois os recursos de poupança servem naturalmente para, também, auxiliar no custeio dos tratamentos.

Por fim, deve-se notar que o dispositivo constitucional acima mencionado excluiu das hipóteses de saques dos Fundos PIS/PASEP a ocorrência de casamento. Logo, a hipótese não pode constar da redação em projeto de lei, sob pena de flagrante inconstitucionalidade.

III - VOTO

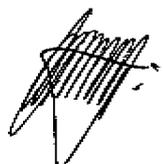
Diante do exposto, com o intuito de aprimorar a iniciativa da apresentação deste projeto de lei, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

Suprima-se o termo “casamento” contido na redação proposta para o §1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, conforme art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **DELCÍDIO AMARAL**

I – RELATÓRIO

Inicialmente encaminhado às Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 432, de 2008 – Complementar, recebeu parecer favorável na CAS, com emenda, cabendo agora a esta Comissão apreciar a matéria sob o prisma econômico.

A proposição modifica a redação do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, de modo a permitir o saque dos recursos acumulados na conta individual do Fundo de Participação PIS-PASEP quando o titular ou qualquer de seus dependentes for portador de doença grave, a ser definida em regulamento.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

II – ANÁLISE

O PIS-PASEP é um fundo contábil de natureza financeira criado em 1975, pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e é constituído com os recursos do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP. Desde 1989, deixou de contar com os recursos provenientes da arrecadação de contribuições, já que o art. 239 da Constituição Federal de 1988 deu-lhes outra destinação: o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Assim, o fundo de participação representa hoje um estoque de recursos sem fluxo de novos aportes, a não ser os ingressos oriundos das aplicações financeiras efetuadas. Ademais, constitui um patrimônio que pertence apenas aos trabalhadores cadastrados no PIS-PASEP até outubro de 1988. Em outras palavras, as contas de participação no PIS-PASEP representam patrimônios individuais que geram créditos sob a forma de rendimentos, enquanto não há o saque das quotas.

Os rendimentos anuais correspondem a juros de 3% ao ano mais o Resultado Líquido Adicional - RLA, de acordo com o saldo das quotas existente na conta de participação PIS/PASEP do trabalhador. Tais rendimentos podem ser sacados anualmente, no período estabelecido, de acordo com o calendário de pagamentos divulgado.

A gestão dos recursos está a cargo de um Conselho Diretor coordenado por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e composto por membros dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Trabalho e Emprego, além de representantes dos participantes do PIS e do PASEP. Apesar de unificados, o PIS e o PASEP têm patrimônios e agentes operadores distintos, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, ficando a cargo do BNDES a aplicação dos recursos.

Dados do último relatório de gestão referente ao exercício jul/2007-jun/2008 indicam a existência de 35,6 mil contas com saldo, sendo 29,4 mil no PIS e o restante no PASEP, lembrando que nesse montante só estão incluídas as contas cadastradas até 1988. No mesmo período, o resultado das aplicações dos recursos do Fundo resultou num crédito de R\$ 1,8 bilhão nas contas dos participantes, respondendo o PIS por 78% desse montante, além de R\$ 1,2 bilhão correspondente à distribuição de parte do saldo da rubrica "Reserva para Ajustes de Cotas", registrado no balanço do ano anterior.

Os saques corresponderam a R\$ 1,6 bilhão, sendo 49,4% relativos a rendimentos e 50,6%, a saque do principal. Na medida em que o total dos saques representou 53,52% dos créditos realizados nas contas dos participantes, 46,48% dos recursos creditados destinaram-se à capitalização de suas contas no fundo de participação.

Em 30 de junho de 2008, as aplicações do PIS-PASEP somavam R\$ 35,6 bilhões, o patrimônio líquido, cerca de R\$ 34 bilhões (78,8% pertencentes ao PIS) e o valor médio unitário do patrimônio, R\$ 955,00. No geral, o PIS-PASEP proporcionou a seus participantes receita média anual de apenas R\$ 88,00.

Com relação ao saque de quotas, este é possível apenas em caso de morte do trabalhador; aposentadoria comum e por invalidez; transferência para a reserva remunerada ou reforma, no caso de militares; AIDS; neoplasia maligna; benefício assistencial a idoso ou deficiente; e idade igual ou superior a 70 anos.

Entre julho de 2007 e junho de 2008, foram registrados 18,6 milhões de saques de rendimentos. Já os saques de quotas somaram apenas 737 mil, com a seguinte distribuição:

- aposentadoria: 510,5 mil
- morte: 127,7 mil
- invalidez e reforma: 22,2 mil
- neoplasia maligna: 19,9 mil
- idade igual ou maior que 70 anos: 13,9 mil
- transferência para a reserva: 7,0 mil
- AIDS: 4,7 mil
- outros: 28,3 mil

Do exposto, conclui-se que os rendimentos anuais distribuídos aos trabalhadores são sobremaneira pequenos quando se contempla a magnitude das aplicações e do patrimônio do fundo de participação *vis-a-vis* as elevadas taxas de juros presentes na economia brasileira.

Outra conclusão é que as hipóteses de saque são limitadas, não contemplando, de fato, a doença grave em geral, mas apenas a neoplasia maligna e a AIDS, o que não se justifica.

Diante do exposto, conclui-se que a inclusão da doença grave dentre as hipóteses que dão direito ao saque dos recursos acumulados na conta individual é favorável aos trabalhadores e não trará qualquer ônus importante ao Fundo PIS-PASEP, razão pela qual deve ser apoiada.

Cabe, ressaltar, entretanto, que o § 2º do art. 239 da Constituição Federal, ao estabelecer que *...Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas...*, conferiu à Lei Complementar nº 26, de 1975, *status* de lei ordinária. Assim sendo, a partir da disposição constitucional, as modificações dessa lei têm que ser empreendidas mediante legislação ordinária. Desse modo, há que se corrigir a denominação formal do PLS nº 432, de 2008.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos por requerer ao Presidente do Senado Federal, **preliminarmente**, na forma do art. 133, V, “d” do Regimento Interno do Senado Federal, a reatuação do PLS n.º 432, de 2008 – COMPLEMENTAR, a fim de que seja alterado de complementar para ordinário.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.104 e 1.105**, de 2011, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2008 – Complementar**, do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para permitir o saque do saldo das contas individuais dos participantes do PIS-PASEP portadores de doenças graves.*

A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão de Assuntos Econômicos, ao apreciar a matéria concluiu tratar-se de matéria sujeita a lei ordinária. Por essa razão, a Presidência determina a reatuação da matéria como projeto de lei ordinária, a republicação dos avulsos e a retificação do despacho apostado, atribuindo-se, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno, caráter terminativo à proposição.

Uma vez que já se encontra instruída, quanto ao mérito, pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, onde poderão ser oferecidas emendas durante cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da Norma Interna.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – A Senhora Presidente da República adotou, em 11 de outubro de 2011, publicou no dia 13 e republicou no mesmo dia, em edição extra, do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 547, de 2011**, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.*

Nos termos dos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV)

Renan Calheiros	Paulo Davim
Francisco Dornelles	Vital do Rêgo
Eduardo Amorim	Ana Amélia
Sérgio Petecão	Eduardo Braga

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)

Humberto Costa	Marcelo Crivella
Acir Gurgacz	Lindbergh Farias
Antonio Carlos Valadares	Cristovam Buarque
Inácio Arruda	Lídice da Mata

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)

Mário Couto	Alvaro Dias
José Agripino	Jayme Campos

PTB

Gim Argello	João Vicente Claudino
-------------	-----------------------

PR

Magno Malta	Clésio Andrade
-------------	----------------

*PSOL

Marinor Brito

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Teixeira	Henrique Fontana
Arlindo Chinaglia	Artur Bruno

PMDB

Henrique Eduardo Alves	Almeida Lima
Teresa Surita	Antônio Andrade

Bloco (PSB/PTB/PCdoB)

Jovair Arantes	Givaldo Carimbão
Osmar Junior	Edson Silva

PSDB

Duarte Nogueira	Otavio Leite
-----------------	--------------

PP

Aguinaldo Ribeiro	Jerônimo Goergen
-------------------	------------------

DEM

Antonio Carlos Magalhães Neto	Pauderney Avelino
-------------------------------	-------------------

Bloco (PR/PRB/PTdoB/PRTB/PRP/PHS/PTC/PSL)

Lincoln Portela	José Rocha
-----------------	------------

PDT

Giovanni Queiroz	André Figueiredo
------------------	------------------

Bloco (PV/PPS)

Sarney Filho	Rubens Bueno
--------------	--------------

*PMN

Fábio Faria

* Rodízio nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

A Presidência comunica que, de acordo com o § 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é o seguinte o calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 13-10-2011
- Designação da Comissão: 14-10-2011(SF)
- Instalação da Comissão: 17-10-2011
- Emendas: até 19-10-2011 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: 13-10-2011 a 26-10-2011 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 26-10-2011
- Prazo na CD: de 27-10-2011 a 09-11-2011 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 09-11-2011
- Prazo no SF: de 10-11-2011 a 23-11-2011 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 23-11-2011
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 24-11-2011 a 26-11-2011 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 27-11-2011 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-12-2011

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 2009** (nº 2.415/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton Freitas), que denomina Rodovia Deputado Jaime Martins do Espírito Santo o trecho da BR-494 entre a cidade de Oliveira e o entroncamento com a BR-262, no Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2010** (nº 2.414/2007, na Casa de origem, do Deputado Aelton de Freitas), que denomina Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre as cidades de Bom Jesus da Penha e Jacuí, no Estado de Minas Gerais; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2010** (nº 4.089/2008, na Casa de origem, do Deputado Roberto Santiago), que denomina Viaduto Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no Km 43/44 da BR-381, Rodovia Fernão Dias, no Município de Atibaia, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, os **Projetos de Lei da Câmara nºs 292, de 2009; 78 e 104, de 2010**, vão à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no

art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 158, de 2011**, do Senador Eunício Oliveira, que autoriza a movimentação do saldo das contas vinculadas ao FGTS para pagamento de prestações habitacionais em atraso.

Tendo sido rejeitada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na segunda-feira, dia 17, às 11 horas, destinada a comemorar 2011 - Ano Mundial da Medicina Veterinária, nos termos dos Requerimentos nºs 442 e 1.016, de 2011, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão não deliberativa de segunda-feira, dia 17, será destinada a comemorar os 94 anos de nascimento do Professor Afonso Pereira e o Dia do Professor, nos termos dos Requerimentos nºs 387 e 959, de 2011, dos Senadores Wilson Santiago, Cristovam Buarque e outros Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 351, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2008 (nº 5.743/2009, na Câmara dos Deputados), que *institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário*, sancionado e convertido na Lei nº 12.500, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

OF. Nº 351/11/PS-GSE

Brasília, 11 de outubro de 2011

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.743, de 2009 (PLS nº 491/08), que “Institui o ‘Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário’”, foi sancionado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e convertido na Lei nº 12.500, de 4 de outubro de 2011.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia

da Mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Concedo a palavra ao orador inscrito Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querida Presidente, Senadora Lídice da Mata, sou um grande admirador de V. Ex^a. Acompanhei sua luta, derrotando todas as forças e ganhando de maneira espetacular aquela Prefeitura. Esperei, com grande expectativa, sua chegada aqui e vi que V. Ex^a está indo devagar. V. Ex^a, por enquanto, está agindo com sensibilidade, sem ficar brava, sem botar as coisas para fora. Mas todo mundo espera de V. Ex^a aquela posição de que o Brasil precisa. Não são muitos os que, como V. Ex^a – e eu lhe disse isso pessoalmente –, têm integridade, biografia e história para dizer o que tem de ser dito, custe o que custar. E é disso que o Brasil está precisando hoje. As pessoas estão se acomodando muito.

Este foi o mal do governo de Fernando Henrique e do governo de Lula: contemporizaram, deixaram as coisas passarem. Eu me dirigi a Lula quando aquele tal de Waldomiro, subchefe da Casa Civil, apareceu na televisão colocando dinheiro no bolso e discutindo percentagem. Com a maior tranquilidade e com a certeza absoluta do que ia acontecer, eu disse: “Lula, demite-o, que tu vais dar a linha do teu governo. Essa é a linha do teu governo”. Não o demiteu e não nos deixou criar a CPI. Tivemos de entrar no Supremo. Ganhamos no Supremo um ano depois. E, um ano depois, não era mais o Valdomiro, mas, sim, o mensalão que vinha à tona. Pelo exemplo de deixar a coisa acontecer, aconteceu o que eu disse para o Lula. Em vez de dar a linha da correção, ele deu a linha do “deixa para lá”.

Por isso, é importante a atuação de V. Ex^a, que tem a credibilidade necessária, a independência necessária.

Sr^a Presidente, meus irmãos brasileiros, alguns estranham: “O Simon está falando todos os dias, a semana inteira, praticamente batendo na mesma tecla”. Sim, porque acho que o momento é muito importante. Eu, que vim lá de trás, posso dizer que só derrotamos uma ditadura que parecia interminável quando os jovens foram para a rua. Os jovens, na rua, conquistaram a democracia, conquistaram as Diretas Já, conquistaram a anistia, conquistaram a Assembleia Nacional Constituinte. Por isso, dou importância a esses jovens.

Eu me quedo a perguntar por que os chamados cientistas políticos, jornalistas em alto relevo, são tão

pessimistas. Em parte, eles têm razão. Nas Diretas Já, havia o objetivo de eleger o Tancredo; no **impeachment**, o objetivo era derrubar um Presidente comprometido. Mas, agora, a corrupção é tão vaga, existe em tudo que é lugar.

Num comentário que li hoje no jornal e que vou deixar para ler outro dia, a cientista política dá a entender que todos nós temos esse negócio de jeitinho, alguns mais, outros menos, mas que está todo mundo nessa. Ela acha que esse movimento vai acabar e que, a rigor, somos corruptos mesmo. É muito difícil aceitar isso! Por isso, eu e muitos estamos nessa caminhada, nessa insistência.

Minha querida Presidente, o combate à corrupção – acho que pouca gente se lembra disto –, quem diria, tem seu dia internacional. Aqui, no Senado, comemoramos o dia internacional da mãe, do pai, do avô, do contabilista, do advogado, do engenheiro, de não sei mais quem. E há o dia internacional de combate à corrupção, que é o dia 9 de dezembro. A data foi escolhida a dedo. Nela, celebra-se o nascimento, no ano de 2003, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. No dia 9 de dezembro de 2003, nasceu a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, diploma de cumprimento obrigatório para seus signatários.

Lançando mão da memória, não é demais lembrar que as preocupações com a corrupção passaram a integrar a agenda internacional no romper dos anos 90, quando se tornaram evidentes as implicações governamentais do fenômeno. Naquele momento, já não se podia mais esconder que a corrupção enfraquece a legitimidade política, favorece as atividades do crime organizado internacional, afeta o comércio e o fluxo dos investimentos, principalmente dos investimentos internacionais, sendo necessário, portanto, o esforço conjunto de todas as nações para combatê-la.

Tampouco é demais lembrar que a proposta de elaboração da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção surgiu na virada do século e partiu da delegação brasileira, que, assim, reafirmava sua tradição de defesa de posições de vanguarda no direito internacional. É isto mesmo: o combate a corrupção em escala mundial foi proposto pelo Brasil!

E é preciso dizer que o documento da Organização das Nações Unidas (ONU) não foi o primeiro do tipo a ser assinado pelo País. Na verdade, quando isso aconteceu, o Brasil já havia ratificado a Convenção Interamericana contra a Corrupção, adotada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em Caracas, capital da Venezuela, em 1996. Esse documento, aliás, também vinculante, já estava em plena vigência.

Tal fato não embaça o significado da Convenção da ONU, que é muito mais abrangente e completa. Nascida na cidade de Mérida, no México, durante encontro promovido pela ONU, ela obteve a imediata adesão de mais de cem países, que assim assumiram o compromisso de fortalecer a cooperação internacional para ampliar a prevenção e o combate à corrupção no mundo todo.

O Brasil foi o 41º País a assinar o documento e foi muito elogiado, na oportunidade, pelas palavras proferidas pelo então Ministro Waldir Pires, que comandava a Pasta da Controladoria-Geral da União, seu colega e seu partícipe.

A Convenção entrou em vigor internacional no dia 14 de dezembro de 2005, quando atingiu o número mínimo de trinta ratificações. Em agosto de 2011, já havia angariado a assinatura de 168 das 192 nações filiadas à ONU. Trata-se, portanto, do estabelecimento de um compromisso anticorrupção verdadeiramente mundial.

No Brasil, essa Convenção começou a ter validade em 2006, depois de ser convertida em lei interna. Para tanto, foi ratificada pelo Decreto Legislativo nº 348, de 18 de maio de 2005, e promulgada pelo Decreto Presidencial nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

Explico, então, o procedimento legal: o Brasil, representado por uma de suas autoridades, assinou a Convenção em 2003, mas o texto dela, como o de qualquer outro tratado firmado pelo País, foi submetido à análise e à aprovação do Congresso Nacional. Essa aprovação, sob a forma de decreto legislativo, ensejou a promulgação feita pelo Presidente da República, também por meio de decreto, no qual consta que a Convenção será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém. O conteúdo da Convenção está longe de ser insignificante! De fato, o documento impressiona, a começar por sua extensão: afora o preâmbulo, são oito capítulos, contendo 71 artigos, muitos deles desdobrados em mais de uma dezena de parágrafos.

Para que se possa avaliar a profundidade dessa regulação, basta lembrar que o tema ocupa espaço equivalente a quase um terço da Constituição brasileira, tida como prolixa por alguns.

O preâmbulo da Convenção revela as preocupações e convicções que embasaram a adoção desse ato internacional, todas elas, decerto, pertinentes. Destaco, porém, as primeiras:

Os Estados Partes da presente Convenção:

Preocupados com a gravidade dos problemas e com as ameaças decorrentes da corrupção para a estabilidade e a segurança das sociedades, ao enfraquecer as instituições e os valores da democracia, da ética e da justiça

e ao comprometer o desenvolvimento sustentável e o Estado de Direito;

Preocupados, também, pelos vínculos entre a corrupção e outras formas de delinquência, em particular o crime organizado e a corrupção econômica, incluindo a lavagem de dinheiro;

Preocupados, ainda, pelos casos de corrupção que penetram diversos setores da sociedade, os quais podem comprometer uma proporção importante dos recursos dos Estados e que ameaçam a estabilidade política e o desenvolvimento sustentável dos mesmos;

Convencidos de que a corrupção deixou de ser um problema local para converter-se em um fenômeno transnacional que afeta todas as sociedades e economias, faz-se necessária a cooperação internacional para preveni-la e lutar contra ela;

Convencidos, também, de que se requer um enfoque amplo e multidisciplinar para prevenir e combater eficazmente a corrupção;

Convencidos, ainda, de que a disponibilidade de assistência técnica pode desempenhar um papel importante para que os Estados estejam em melhores condições de poder prevenir e combater eficazmente a corrupção, entre outras coisas, fortalecendo suas capacidades e criando instituições;

Convencidos de que o enriquecimento pessoal ilícito pode ser particularmente nocivo para as instituições democráticas, as economias nacionais e o Estado de Direito [...].

Diante de tantos tão graves e profundos motivos de convencimento, os Estados só poderiam mesmo compactuar por agir de forma definitiva. Daí, além do compromisso de fortalecer a cooperação internacional para ampliar a prevenção e o combate à corrupção no mundo todo, como já dito, eles definiram ser objetivos da Convenção: promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e na luta contra a corrupção, incluída a recuperação de ativos; – incluída a recuperação de ativos! – e promover a integridade, a obrigação de render contas e a devida gestão dos assuntos e dos bens públicos.

Cuida-se, na essência, da busca por dois valores básicos, mas não corriqueiros: solidariedade e honestidade. Valores que deveriam nortear todas as relações humanas e institucionais, porque indispensáveis em qualquer contexto. Valores cuja falta provoca danos desproporcionalmente maiores aos países e às comunidades mais pobres, por serem estes mais necessitados do correto emprego dos poucos recursos

disponíveis. Em resumo, valores morais sem nenhum valor para quem só se interessa por valores monetários!

Querida Presidente, na contramão dessa desvalia, a Convenção da ONU aborda o problema da corrupção de modo tão detalhado e exaustivo que deixa a impressão de que se pensou em tudo para atingir a meta de erradicar, de uma vez por todas, esse cancro do Planeta.

Ela obriga os Estados signatários a prevenir e a criminalizar a corrupção, a promover a cooperação internacional, a agir pela recuperação de ativos e a melhorar a assistência técnica e o intercâmbio de informações.

Trocando em miúdos: a Convenção criminaliza os atos de corrupção, entre eles o suborno e a lavagem de dinheiro. Também determina maior transparência no financiamento de campanhas eleitorais e de partidos políticos, além de maior rigor nas prestações de conta. Tipifica como crime o enriquecimento ilícito e prevê o rastreamento, o bloqueio e a devolução de bens e dinheiro desviados ilicitamente para o exterior.

É preciso fazer valer. A lei está aí. É uma lei da ONU.

Mundial. Está ali! E nós aqui queremos criar leis... É cumprir o que já existe.

Para tanto, demanda cooperação internacional, adaptações legislativas e participação da sociedade civil e do setor privado, responsáveis por exigir da administração pública maior transparência e abertura aos mecanismos da fiscalização e controle.

Devo ressaltar, aliás, que a dita Convenção não trata da corrupção apenas no setor público, ambiente preferencial do fenômeno, mas não exclusivo. Ela também cuida de prevenir e combater essa prática danosa no setor privado, determinando que se desenvolvam padrões de auditoria, padrões de contabilidade para as empresas; que sejam prescritas sanções civis, administrativas e criminais realmente capazes de inibir futuros desvios de conduta; que se previna o conflito de interesses; que se proíba a existência de caixa dois nas empresas, e que se desestime a isenção ou redução de impostos para despesas suspeitas.

Cá entre nós, meus irmãos, trata-se, sem dúvida, de um documento fundamental para o alcance da democracia no Planeta. Contudo, a existência e a assinatura da Convenção não garantem, por si só, o fim da corrupção. Se a existência de boas leis fosse suficiente para transformar a realidade, eu creio, querida Presidente, que já viveríamos no Brasil que queremos ter! E longe estamos de chegar lá.

Na verdade, com a assinatura em Mérida e a vigência internacional da Convenção, começou a etapa talvez mais difícil até agora já trilhada: a luta para im-

plementar as medidas previstas na Convenção, luta da qual fazem parte as conferências e os fóruns globais sobre o tema, promovidos pela ONU.

Como de praxe no cenário internacional mais recente, o Brasil tem se mostrado ativo nessa luta. Vem-me à lembrança, por exemplo, o fato de ter sido realizado em Brasília – aqui em Brasília – entre os dias 7 e 10 de junho de 2005, o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, cujo lema foi “Das palavras à Ação”.

Repito: Vem-me à lembrança, por exemplo, o fato de ter sido realizado em Brasília, entre os dias 7 e 10 de junho de 2005, o IV Fórum Global de Combate à Corrupção, cujo lema foi “Das palavras à Ação”.

Por falar em palavras e ações, recordo-me, ainda, do discurso de posse do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em quem tive a honra de votar e, com o meu voto, ajudá-lo a se eleger Presidente da República. Textualmente, Lula afirmou no seu discurso de posse, pela primeira vez como Presidente da República, que “o combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública seriam objetivos centrais e permanentes de seu governo”.

Leio, porque é importante, as próprias palavras de Lula, na sua primeira posse como Presidente da República:

É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

E continua Lula no seu discurso de posse:

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos.

Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

Eu fui às lágrimas nessa parte do pronunciamento fantástico do Presidente Lula. E eu acreditei. Acreditei porque vinha acompanhando Lula desde o início,

desde quando ele era líder sindical e começou a sua caminhada lá no ABC.

Junto com Teotônio, fui visitá-lo várias vezes, na cadeia inclusive. Fomos ao ABC, naquele célebre ato que poderia ser um massacre. Se Teotônio – eu do lado dele, mas Teotônio – não tivesse convencido o coronel de que nós podíamos esvaziar a praça e que nada de grave aconteceria.

A ordem do coronel era de, em meia hora, esvaziar. E aí a tropa se retiraria. O que nós conseguimos com os líderes sindicais é que eles assumissem o compromisso de que as tropas se retirariam e, em meia hora, iria todo mundo embora. Não ficaria ninguém na praça.

Lembro quando Teotônio disse: “É, coronel, mas essa ordem que o senhor recebeu do General Comandante do 2º Exército não é o que vai aparecer nas manchetes do mundo inteiro. O que vai aparecer nas manchetes do mundo inteiro – olha que há mais crianças e jovens aqui – vai ser o massacre. O mundo inteiro vai divulgar. E o nome e a manchete nos jornais do mundo inteiro vai ser o seu. O senhor vai ser o responsável. Ele acreditou na nossa palavra e retirou as tropas. Meia hora depois, toda aquela multidão atendeu ao nosso pedido e foram para casa tranquilamente, serenamente. O que ia ser o caos de proporções imprevisíveis se transformou num fato tranquilo.

Conheço o Lula daquele tempo, conheço o Lula de sua caminhada para chegar à Presidência da República. Não vejo nele nenhum compromisso com grupos internacionais, com empreiteiras, com bancos. Não vejo nada na campanha dele que o desmereça. Ele foi franco, leal, aberto. Não chegou à Presidência da República com compromisso nenhum que não fosse com o povo. Quando chegou à Presidência da República, levava um PT que tinha respeito. Tinha o maior respeito pelo PT, tinha inveja. Uma inveja cristã, mas uma inveja. Eu vinha do velho MDB. O MDB do Rio Grande do Sul não era nacional. O MDB do Rio Grande do Sul foi algo memorável. Sofremos muito. Jango e Brizola moravam ali em Montevideú. Todos os cassados, refugiados, exilados estavam lá. Pagamos o preço: prenderam, cassaram, mataram, torturaram. Tanto que, no meu primeiro mandato, terminei Presidente do Partido porque já não havia mais ninguém. Na verdade, na verdade, Lula chegou à Presidência da República sem nenhum tipo de compromisso. Até o compromisso que o seu Chefe da Casa Civil havia feito com o MDB Lula não topou porque queria ficar livre para agir. Achou que aquele compromisso o comprometeria com um grupo do MDB pelo qual não tinha a menor simpatia. Eu o respeitei e achei bonita a sua atitude. Não, é porque vai acontecer! Ele vai fazer!

Quando Lula e o então Chefe da Casa Civil jantaram em minha casa e me convidaram para participar do Governo, disse-lhes que não aceitaria ministério, que o PT do Rio Grande do Sul não ia entender, que não haveria razão. Disse-lhe que o ajudaria muito mais aqui no Congresso, como havia feito no Governo de Itamar.

Itamar também queria que eu fosse para o seu ministério. Convenci Itamar de que o ajudaria muito mais aqui no Senado. Modéstia à parte, ajudei.

E o Lula topou. Naquele início de governo, eu agia meio em função do Lula, tudo a seu favor. Tanto que, quando saí desta tribuna, fui correndo lá: “Demite esse Waldomiro que tu marcas o teu governo; é o início, é a marca do teu governo”. E as palavras tão bonitas dele ficaram nas palavras.

Pois é, das palavras à ação...

Há quem diga, querida Presidente, que o brasileiro não tem memória. Quando muito, a lembrança de alguns de seus principais vultos históricos, reforçada pela existência de feriados nacionais criados para celebrá-los. Para “aguçar”, então, a nossa memória, reporto-me a alguns acontecimentos daquela época.

No dia 14 de maio de 2005, a televisão exibiu, em seus noticiários, as imagens de um funcionário da Empresa Brasileira de Correios, de nome Maurício Marinho, recebendo a propina de R\$3 mil e prometendo ao “doador” facilitar contratos com aquela estatal.

A notícia provocou indignação geral, principalmente porque os Correios até então sempre haviam ocupado as melhores posições nas pesquisas de confiança popular. A notícia também deflagrou a imediata criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito, que se convencionou chamar CPI dos Correios.

A primeira reunião da referida CPMI ocorreu em 9 de junho naquele mesmo ano, apenas três dias depois da bombástica entrevista do ex-Deputado Roberto Jefferson à jornalista Renata Lo Prete, da **Folha de S.Paulo**.

Na entrevista, o ex-Deputado denunciara haver um esquema de pagamento de propina a Parlamentares, sustentado pelo Governo com o intuito de construir a base de apoio nas votações de seu interesse. Ah, maldita maioria! Ah, maldita maneira da tal da governabilidade, palavra tão bonita e tão desmoralizada neste Congresso!

Assim, no rastro dessa denúncia, em concomitância com os trabalhos da CPI dos Correios, foi instalada a CPI da Compra de Votos, desde o início, chamada CPI do Mensalão. Por terem objetivos análogos e interesses políticos idênticos, as duas Comissões de Inquéritos chegaram a produzir relatórios preliminares e conjuntos, já identificando casos de parlamentares que recebiam “mesadas”, notadamente nos momentos

cruciais de votação de matéria de interesse do Executivo. Contudo, a CPI da Compra de Votos foi completamente esvaziada. Esvaziada pelos seus próprios integrantes, a ponto de nem sequer chegar a votar o seu relatório final.

A CPI dos Correios, por sua vez, teve andamento diametralmente distinto: ela herdou as informações mais importantes da outra Comissão; votou-se o relatório final e concluiu seus trabalhos no dia 05 de abril de 2006.

Ouso dizer que ela, diferente de tantas outras que vieram depois, foi um exemplo do empenho do Parlamento em depurar as instituições e a administração pública, pois ouviu 560 depoimentos, analisou 68 mil contratos públicos envolvendo o Governo Federal, trabalhou com uma base de dados gigantesca: 33 milhões de registros telefônicos e 20 milhões de registros bancários. Seu relatório final contém quase duas mil páginas de denúncias, de diagnósticos e soluções, para combater o problema da corrupção no País.

Repetindo datas de 2005: 14 de maio, recebimento da propina pelo funcionário dos Correios; 6 de junho, entrevista com o ex-Deputado Roberto Jefferson, revelando a existência do mensalão; 7 de junho, abertura do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, sediado em Brasília; 9 de junho, primeira reunião da CPI dos Correios, que deu continuidade às investigações não realizadas pela CPI do Mensalão.

Alguém ainda se lembra, nesta altura, do meu discurso, que o Congresso Nacional ratificou a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, por meio da aprovação do Decreto Legislativo pertinente, em 18 de maio daquele ano?

Quer dizer, 4 dias após a veiculação da cena do embolso dos R\$3 mil pelo funcionário dos Correios, 18 dias antes da denúncia da existência do mensalão, dezenove dias antes da abertura do Fórum Global e 21 dias antes da instalação da CPI dos Correios, o Congresso Nacional, por meio da manifestação de vontade de seus integrantes, incluindo os parlamentares até ali suspeitos de receber mensalão em troca de votos, ratificou o texto de uma Convenção sugerida exatamente pela delegação brasileira junto à ONU para promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater mais eficaz e oficialmente a corrupção.

Outro dado interessante: o Presidente da República promulgou a Convenção considerando o Decreto Legislativo do Congresso em 31 de janeiro de 2006, como já foi dito, no momento em que a CPI dos Correios já ia longe e fundo nas investigações sobre o mensalão, a julgar pela data da aprovação do respectivo relatório final, no início de abril.

Parece-me relevante mencionar ainda os relatórios globais de corrupção dos anos de 2005 e 2006,

formulados pela Transparência Internacional, organização não governamental fundada com o objetivo de promover o interesse público por meio do combate à corrupção. Eles mencionam o caso Waldomiro Diniz e a CPI dos Bingos; a Operação Vampiro no Ministério da Saúde; as supostas ilegalidades envolvendo o então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a quem se concedeu o **status** de Ministro por medida provisória. O Sr. Meirelles ganhou o **status** de Ministro, o único presidente de um Banco Central com *status* de Ministro. Ministro Presidente do Banco Central não existe em lugar nenhum do mundo. Ele ganhou esse *status* por medida provisória para ter o privilégio como Ministro, para que a CPI não pudesse atingi-lo, porque ele poderia ser processado.

Como Ministro ele tem foro privilegiado, como Presidente do Banco Central ele não tinha. Então, o Lula baixou uma medida provisória, dando ao Presidente do Banco Central **status** de Ministro, aí ele não pôde ser processado.

O Relatório Global de 2006, após breve referência à descoberta de irregularidades no financiamento de campanha, classificou o quadro como a pior crise política da década e sugeriu que talvez pudesse ter um aspecto positivo se deflagrasse a aprovação de uma ampla reforma política.

Desde a CPI do Mensalão lá se vão quantos anos em que se fala da reforma política? Infelizmente, porém, nem isso se fez até hoje! Pois no Brasil é assim: a cada comoção, medidas de impacto e um discurso. Ações que caminham paralelas, mas nenhuma prática, porque os paralelos se encontram apenas no infinito!

Mesmo sabendo disso, causa espanto o fato de que o Congresso brasileiro tenha ratificado um documento com fé internacional, por meio de decreto legislativo, aprovado por seus integrantes poucos dias antes de abrir processo de investigação pela prática de corrupção contra vários deles. O fato parecia esquizofrênico, se não fosse irônico.

Nesses seis anos, desde que ratificou o texto da Convenção e aprovou o relatório final da CPI dos Correios, o Congresso patina, recusando-se a punir e, algumas vezes até a investigar os parlamentares acusados de corrupção. Embora dezenas de mensaleiros tenham sido processados pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, apenas três foram cassados, entre eles o denunciante do esquema, o ex-Deputado Roberto Jefferson.

Também no Supremo Tribunal Federal, os processos contra os chamados mensaleiros tramitam, tramitam, mas sem serem julgados.

Vale lembrar que, no caso, todos os denunciados por práticas lesivas ao dinheiro público possuem

o instituto do foro privilegiado, essa verdadeira nódoa do processo político brasileiro que alimenta sobremaneira a impunidade no Brasil. Nunca é demais enfatizar que a impunidade, por seu turno, alimenta outros casos de desvios de conduta ética nos três Poderes da República.

Por temor de que a punição possa ter efeitos multiplicadores sobre a respectiva categoria, parlamentares, juízes e administradores públicos raramente punem seus iguais. Mas não abrem mão do discurso – sempre muito rigoroso – em defesa da ética e da independência do grupo. Ação, nenhuma.

Foi o que aconteceu recentemente, a título de ilustração, no caso do julgamento da Deputada Jaqueline Roriz, há poucos dias, no Congresso Nacional. A sessão, transformada em **performance** do teatro, teatro do absurdo, girava em torno do notório ato de corrupção, flagrado por imagens veiculadas pela televisão.

Em cores e com a precisão da tecnologia digital, as imagens mostravam a parlamentar recebendo dinheiro da quadrilha então instalada no Governo do Distrito Federal, cujo titular chegou a passar dois meses preso. Ainda assim, por prejudicar os trabalhos da Justiça, e não pela prática, também gravada em vídeo, de atos de corrupção.

Diante da impossibilidade de negar o fato, o advogado de defesa da acusada apelou para a tese de que a cassação do mandato da “nobre Deputada” abriria um precedente perigoso para todos os membros da Casa que tivessem praticado atos similares, antes da posse, como se isso fosse um argumento legítimo!

A tese de que ser corrupto não é um empecilho para ser parlamentar, desde que o ato de corrupção em investigação tenha acontecido até a véspera da posse, também transparece no discurso de defesa da Deputada. Ela teve a coragem – ou seria desfaçatez? – de afirmar que praticou tal ato “como cidadã”, e não “como deputada”. O que ela quis dizer com isso? Que o cidadão pode roubar até obter foro privilegiado para continuar roubando?

Não menos infeliz foi a ainda mais recente deliberação do Conselho de Ética da Câmara, que não admitiu sequer a abertura de processo de cassação contra o deputado Valdemar Costa Neto, acusado de quebra de decoro em função das seguintes condutas: cobrança de propina, aliciamento de deputados em troca de benefícios, tráfico de influência e recebimento de vantagens indevidas em decorrência do superfaturamento de obras públicas.

Nesse caso, talvez em resposta à advertência feita pelo advogado da Deputada Jaqueline Roriz semanas antes, os Deputados presentes à sessão não titubearam e falaram quase em uníssono: nada de

criar precedentes, quanto mais por atos praticados não “como cidadão”, mas “como deputado”!

Nessa nova **performance** do teatro do absurdo, o acusado foi aplaudido duas vezes durante a sessão do Conselho de Ética, ao passo que o relator acabou sendo vaiado. Sua voz dissonante só encontrou eco na voz de outro Parlamentar, coincidentemente o relator do caso Jaqueline Roriz, também cerceado pela resolução interna da Câmara dos Deputados, aprovada em 2011, que proíbe – em sede de relatório preliminar – a apresentação de provas das denúncias formuladas.

Diante dessa “grata” novidade, será possível imaginar outro destino para os processos por quebra de decoro que não o arquivamento?

Evidentemente que há uma enorme distância entre o conteúdo do discurso dos parlamentares – que coincide com as preocupações e as convicções do preâmbulo da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção – e a prática política no Congresso Nacional. No discurso, o teatro; na prática, a vida real.

E não será no discurso, mas sim na vida real, que a reforma política se impõe como condição de sobrevivência (e de limpeza) do Parlamento!

Embora tenha excelente humor, o povo brasileiro vem saindo às ruas para mostrar que não aceita a piada de mau gosto indiciada pelo trocadilho que o termo “Convenção de Mérida” poderia representar no tocante ao combate à corrupção.

Mesmo que a ampla maioria não conheça o teor desse documento ou sequer saiba de sua existência, resta evidente o anseio pela mudança de paradigma: o povo exige “ficha limpa” de seus representantes e está atento à conduta que desenvolvam. Lembro, a propósito, a advertência de Abraham Lincoln de que se pode enganar todos por algum tempo, mas que não se pode enganar todos por todo o tempo.

A exemplo do povo brasileiro, cansado do discurso dissociado da prática, a comunidade internacional também já percebeu a necessidade de acompanhar com mais atenção o progresso e as dificuldades dos países quanto à implantação das medidas anticorrupção.

Representada por mais de mil delegados de 125 países, ela se reuniu na cidade de Doha, no Catar, em novembro de 2009, para examinar a efetividade da Convenção e decidiu criar um mecanismo de monitoramento do tratado.

De acordo com esse mecanismo, todos os signatários da Convenção passarão a ser avaliados pelo que estão fazendo contra a corrupção, e não apenas por suas promessas.

A avaliação será quinquenal e resultará da soma entre a autoavaliação feita pelos próprios países e o

observado durante as visitas capitaneadas por especialistas internacionais.

Ora, esse contexto aponta não haver mais espaço para a figuração no cenário internacional nem para o teatro do absurdo que muitos políticos teimam em encenar no plano interno, quando se trata do combate à corrupção.

Todos nós devemos ter presente na memória a lembrança de que o mecanismo de monitoramento acerca da efetividade da Convenção já foi deflagrado no País. Além de fazer a autoavaliação, o Brasil recebeu, no início do mês de agosto de 2011, a primeira visita do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

O grupo, que nessa visita foi composto por especialistas do México e do Haiti, afora peritos do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, veio conferir *in loco* se o Brasil está cumprindo com suas obrigações e levantar possíveis lacunas na legislação e nas ações anticorrupção.

Seu achado – ousar dizer com certeza e pesar – não foi pequeno. E está nas nossas mãos seguir o exemplo corajoso da Presidente Dilma Rousseff e afastar imediatamente da vida pública personagens de “ficha corrida” e vida escusa.

Está em nossas mãos evitar que um trocadilho de mau gosto faça **tabula rasa** do sentimento e do anseio de integridade de todo um povo, iluminando bufões como protagonistas e implantando em todos nós narizes de palhaço, como tão bem caracterizando os manifestantes nos atuais movimentos de rua contra a corrupção e a impunidade.

Mais uma vez, está nas mãos do povo brasileiro assumir o protagonismo de sua história, não permitindo que façam do legítimo acordo celebrado em seu nome na cidade de Mérida apenas letra morta!

É isso, Sr^a Presidente. Amanhã, outras realizações; domingo, também, inclusive em Porto Alegre, a minha cidade, estarão reunidos na Praça da Matriz, nessa caminhada.

Eu digo aos cientistas políticos: vamos ser um pouco mais otimistas. Não vamos ser tão frios em dizer que essa caminhada não tem chance, em dizer que é questão de dias, meses, e que vai terminar tudo na estaca zero. Os senhores são muito lidos e muito respeitados. Cada coluna que os senhores fazem como a de hoje é uma ducha de água fria nesse movimento.

Quanto a dizer o que fazer, nós somos muito claros: hoje, o povo na rua, a primeira exigência é nas portas do Supremo Tribunal. A Ficha Limpa tem que valer para a eleição do ano que vem. Essa é uma questão de honra. Vai ser um começo. Vai ser um início de uma mudança radical.

Nessa última eleição, a Ficha Limpa já exerceu um grande papel. É impressionante o número de pessoas que não se candidataram com medo da Ficha Limpa. Elas, sabendo da sua biografia e da Ficha Limpa aprovada pelo Congresso, retiraram suas candidaturas. Eu conheço muitos casos. Agora é o ano que vem. O Supremo tem essa decisão, muito importante.

Eu digo, meu querido Randolfe, que às vezes fico me perguntando – perdoem-me repetir isto – se eu mudei. Quando eu tinha a sua idade, no início da ditadura, eu era advogado de preso político, defensor da democracia, eu ia bater nas portas dos quartéis, eu ia bater nas portas dos tribunais para exigir **habeas**, para exigir que pessoas não fossem torturadas. Eu sempre fui a favor. Na época da Constituinte, embora não tenha sido constituinte, mas Governador do Rio Grande do Sul, todo fim de semana eu estava aqui, na casa do Dr. Ulysses, Presidente da Constituinte, para discutir, para debater, para participar. Eu fui daqueles que acharam que nós estávamos imbuídos apenas daqueles 20 anos de ditadura: “Vamos mudar todos os direitos individuais, todos os direitos de defesa, tudo que for necessário a favor do cidadão!”

Será que eu mudei? Será que, de repente, hoje, os tribunais, que naquela hora não nos davam chance de coisa nenhuma, porque a ditadura não permitia, agora são ultraliberais? E eu estou aqui a querer cercear o direito de defesa? Pelo amor de Deus!

É o próprio Presidente do Supremo que propõe e nós estamos aqui propondo o que existe no resto do mundo, nos Estados Unidos, na França, na Itália, no Japão, no resto do mundo. Recursos? Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete recursos... Mas aqui no Brasil o recurso é para empurrar até prescrever.

Conhecemos casos de ex-governadores que foram processados e condenados não sei quantas vezes. É condenado e recorre, é condenado e recorre, é condenado e recorre... Lá, quando está na última hora, prescreveu, morre tudo. No mundo inteiro também tem recursos, dois recursos, três recursos, quatro recursos, cinco recursos, seis recursos. Também tem. Com uma diferença: condenado em segunda instância por um tribunal colegiado, ele é condenado. Recorre, mas está na cadeia. Recorre. O direito de defesa continua. Recorre, mas está na cadeia.

É como dizia um magistrado outro dia: a presunção é de inocência. O normal, ao analisarmos o processo contra um cidadão, é a presunção de inocência. É. Presunção de inocência. Eu, que durante toda a minha vida só fui advogado de defesa, só trabalhei em júri, nunca acusei ninguém, só defendi. Eu, que só tentei tirar preso da cadeia, sempre disse isto: a presunção é de inocência, sim. Há um processo, o

promotor faz toda a denúncia, o advogado de defesa faz toda a defesa. Testemunhas de acusação e testemunhas de defesa. É julgado, o juiz condena. Aí diz o magistrado: “Aí não há de dizer que a presunção é de inocência se, respondendo a um processo, ele for condenado”. Mas tudo bem, ele fica solto. E recorre. Em um segundo tribunal colegiado, a acusação é feita, ampla defesa, e ele é condenado. A presunção é de inocência? E ele vai responder solto até prescrever?

A palavra está com o Supremo. O Presidente do Supremo, a rigor, defende o que queremos no Ficha Limpa como forma de equacionar. E ele está certo. Eu estou com ele. O que defende o Presidente do Supremo é exatamente isto: processado, condenado, recorre, condenado em tribunal colegiado, recorre, mas antes vai para a cadeia. Mas antes vai para a cadeia.

Penso que esta é a grande bandeira que deveríamos levar para a gurizada. É o primeiro caso concreto e objetivo para os nossos cientistas políticos que acham que não tem razão de ser. Essa seria uma grande razão de ser.

A segunda, tão importante quanto essa, é o Conselho da Magistratura. Ali nós estamos vendo uma coisa seriíssima. Foi uma beleza a criação do Conselho; o Presidente do Supremo, Ministro Jobim, foi um artista na costura. Aqui nós queríamos que ele fosse mais eclético, que ele tivesse a representação do conjunto da sociedade. Na hora, eu concordei com o Jobim, mas meio desconfiado. Hoje eu vejo que ele tinha razão: para passar tinha que ser como foi, integrantes. E passou, e foi uma grande vitória.

Agora, de repente, querer terminar? Todos nós sabemos que lá na primeira instância, no Amapá, no Rio Grande do Sul ou na Bahia, é muito difícil que um corregedor se meta contra um juiz ou contra um promotor. É muito difícil, não anda. Então, querer, como querem, que vá para a primeira instância lá no município para depois recorrer no tribunal e só no fim vir para a corregedoria é piada, é piada. Ou então, a nova medida: a corregedora pede ao tribunal, e o tribunal é que vai decidir? Ela perde a autonomia?

Imagine você então que nós podemos também exigir que um promotor que vá denunciar alguém, antes de denunciar, dirija-se ao juiz para saber se pode ou não pode. Pelo amor de Deus, não mexam no tribunal, não mexam na corregedoria, não mexam no conselho!

Na última reunião, ficou cinco a cinco no Supremo. A reunião de cinco a cinco, na decisão do Ficha Limpa, a rigor, de acordo com o passado, com a legislação e a tese do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, era a seguinte: na votação do Ficha Limpa, no Tribunal Superior Eleitoral, por ampla maioria, ele foi aprovado. Por ampla maioria, ele foi aprovado. Quan-

do chegou ao Supremo, terminou em empate. O Presidente do Supremo tinha o direito de dar o voto de qualidade. Na minha opinião, corretamente, não deu, era um assunto muito delicado para ele decidir, e ele até foi muito íntegro porque ele era contra, daria o voto contra, mas não deu. Então ficou empate. Agora, a legislação e a interpretação da legislação do Supremo diz que, no empate, deveria valer a decisão do órgão, que no caso é o Tribunal Superior Eleitoral, ligado ao fato, a decisão que ele tinha tomado.

Então, como no Supremo empatou e no Superior Tribunal Eleitoral ganhou por ampla maioria, devia valer. Não valeu. Está cinco a cinco. Não valeu para a eleição passada sob o argumento de que nós votamos a menos de um ano da eleição. Então, a lei diz que é um ano, não era um ano, não podia valer para a eleição passada.

Mas qual é o argumento? De repente, voltamos atrás, agora, para a eleição do ano que vem, estamos discutindo se vale ou não vale. Não tem lógica. Não tem lógica. Com toda sinceridade, dizer que o Congresso aprovou e o Supremo vai rejeitar é piada. Cá entre nós, o Congresso votou por medo. Nós aqui votamos por unanimidade, por unanimidade. A Câmara, por imensa maioria.

Foram os caras-pintadas na rua. Um projeto de um milhão e quinhentas mil assinaturas, mais dois milhões de assinaturas de solidariedade, via Internet, ninguém teve peito de votar contra. Nós nos dobramos a uma exigência justa e correta da sociedade. O Supremo vai ser mais duro do que nós? Se o argumento jurídico, cá entre nós, com o maior respeito, para mim, eu considero mais importante a decisão da votação do Tribunal Superior Eleitoral, que foi uma decisão técnica, de quem discuti, debateu, analisou e se aprofundou na matéria e, por ampla maioria, disse que era válida, do que a decisão do Supremo Tribunal, que, na minha opinião, com todo o respeito, foi política. Com todo o respeito, foi política. As pessoas, em seus votos, até apaixonados, mostravam a sua paixão.

Por isso, Presidente Dilma, tudo está na mão de V. Ex^a.

Esse movimento que está havendo é por causa da Presidente Dilma. Naturalmente, não aconteceria nada. Se a Presidente Dilma tivesse feito que nem o Fernando Henrique, que nem o Lula: “Deixa passar. Deixa passar, não acontece nada”, nós estaríamos levando a coisa. Mas com a decisão dela, firme, ou faxina... Não fica bem faxina. O malfeito; vamos de malfeito. A decisão que ela tomou...

Hoje, as manchetes dos jornais estão todas dizendo que os partidos estão exigindo. Para votar duas leis que são importantes, querem cargo e as emendas.

Está dizendo com todas as letras, o pessoal do Governo, o troca-troca. É difícil a posição da Presidente, mas ela deve resistir.

Olha, Presidenta, eu tenho rezado a Deus pela senhora. Que Ele a inspire na escolha da futura Ministra do Supremo Tribunal. Eu nunca vi uma situação tão delicada na escolha de uma Ministra. Os fatos se misturaram, porque, no caso da Ficha Limpa, está cinco a cinco. A Ministra que ela escolher vai decidir. No caso do Conselho Nacional de Justiça, todas as informações dizem que está cinco a cinco. Quem ela indicar vai decidir. E talvez, não sei, talvez no caso do mensalão, quem ela indicar vai decidir.

Não me passa pela cabeça que a Presidente, na hora de indicar o Ministro, vai cobrar isso ou aquilo, como vai votar aqui ou como vai votar lá. Mas não tenho nenhuma dúvida de que todo mundo vai ligar o voto da nova Ministra à indicação da Presidente.

Que ela seja feliz. Que ela seja feliz! E que a nossa luta continue. E que você entenda que está começando, porque, quando você fala nas lutas de estudante, quanto à faxina, à limpeza do Collor, etc. e tal, vejo em V. Ex^a – a senhora não acha, Presidente? –, vejo em V. Ex^a...

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Corretíssimo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...uma inspiração muito grande. E é interessante que, lá no Rio Grande, no Rio e em São Paulo, por onde eu tenho andado, as perguntas são feitas a V. Ex^a: “E aquele guri?”. Digo: “É um baita cara”. E quando eu conto como foi a vitória de V. Ex^a, num Estado onde tem um donatário que faz o que quer, o nosso amigo não tinha um minuto de televisão, não tinha um minuto de televisão, e Sarney e companhia do outro lado, e ganhou para o Senado, V. Ex^a tem uma grande responsabilidade. O que me deixa tranquilo, porque tenho certeza de que V. Ex^a vai levar adiante.

Eu olho para V. Ex^a e rejuvenesço. Eu era ainda mais moço do que V. Ex^a, tinha trinta anos, quando assumi a presidência do Partido. E a luta foi, foi, estou aqui hoje, cinquenta anos depois, parece que começando. Mas V. Ex^a vai encontrar um caminho bem mais fértil. Sente-se que o povo brasileiro, a cada dia, está mais conscientizado, e essa revolução no mundo, que é o povo não ser escravo das redes de rádio, jornal e televisão, dos grandes monopólios, mas das redes populares, é imprevisível o alcance que poderá ter, muito maior do que se pode imaginar.

Por isso, prepare-se. V. Ex^a terá uma grande tarefa, e eu confio na sua ação.

Com o maior prazer.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Senador Simon, eu já disse a V. Ex^a que nós todos aqui bebemos da fonte da inspiração na figura de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador Randolfe, aperte o botão porque está sem som.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Pedro Simon, já disse a V. Ex^a que nos inspiramos no seu exemplo. Costumo usar aquela belíssima frase de Lênin: “A palavra convence, o exemplo arrasta”. Então, V. Ex^a é um exemplo aqui para todos nós. Ainda temos muito que caminhar para ter metade de vossa trajetória, uma trajetória de coerência. Ninguém pode levantar o dedo para V. Ex^a e dizer que V. Ex^a mudou de lado em algum momento na sua história. V. Ex^a sempre teve um lado claro, que foi o lado da luta contra a ditadura e é o lado dessa luta civilizatória e indispensável para o Brasil de hoje, que é a luta de combate à corrupção, que é a luta pela ética na política. V. Ex^a nos ensina e nos inspira dois belos legados: um é a luta pela liberdade individual e coletiva na época da ditadura. E temos – e costumo me referenciar nos exemplos dessa luta – V. Ex^a, Ulysses, Tancredo, aqueles que foram embora, que foram assassinados pelos facínoras da ditadura, como Rubens Paiva, Honestino Guimarães, presidente da UNE nos anos 70 e tantos outros. Depois, na redemocratização, V. Ex^a disse: “Ok, agora que conquistamos a democracia, temos de avançar e radicalizar a democracia”. O gestor público, o representante do povo, para ser candidato tem de ser coerente com a palavra candidato. Candidato vem do latim: aquele que é cândido, aquele que é limpo. Você vê que o nome candidato já diz como tem de ser o candidato. O que é, então, a Lei da Ficha Limpa? Não é só o cumprimento, Senador Simon, do § 9º do art. 14 da Constituição, que diz:

Art. 14. (...)

(...)

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inexigibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato...

Isso não é a Lei da Ficha Limpa? Não é a Lei Complementar nº 135, de 2010? Não temos como acreditar que o Supremo... O Supremo, enfim, já deu um passo atrás, dizendo que a Lei da Ficha Limpa não teria validade para as eleições de 2010. Tudo bem. Mas não é possível acreditar que o Supremo... E V. Ex^a coloca as coisas no devido lugar: não é só o Supremo.

O Supremo e a Presidente Dilma. A Presidente Dilma têm responsabilidade nisso. A Ministra ou o Ministro do Supremo que falta vai ser nomeado por ela. Ela tem responsabilidade direta nisso. Não se pode acreditar que o Supremo vá retroagir. Ora, eu, a Lídice, o senhor e tantos outros começamos o ano nessa luta por reforma política, porque sabemos que se não mudarem as regras do sistema político brasileiro, vai continuar a mesma coisa. Vai continuar da mesma forma que está. Mas veja o que as ruas estão dizendo para nós. O mais importante de tudo é ter a Ficha Limpa. Foi o que vinte mil jovens disseram na última quarta-feira, aqui em Brasília e espalhados pelo Brasil todo: “Olha, a mais importante reforma política do Brasil é Ficha Limpa. É Ficha Limpa valer para o ano que vem”. É isso que está sendo dito pelas ruas. Então, o dilema não é nosso. O dilema para o Supremo é se não vai garantir, porque é disso que se trata, o cumprimento do que está na Constituição, no § 9º do art. 14, e se também não vai ouvir o que está sendo proclamado pelas ruas. As homenagens aqui a V. Exª, que tem uma vida de coerência em dois momentos fundamentais e indispensáveis para a história do nosso País. Na ditadura: a luta pela liberdade. Na democracia: a luta pela ética.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Exª.

Vejo em V. Exª o símbolo do novo Congresso que vem aí, com a grande responsabilidade de fazer esse trabalho.

Eu estou dando uma importância muito grande a essas redes populares. Olha, V. Exª não imagina como foi difícil a gente iniciar a caminhada contra a ditadura. Porque nós, contra a ditadura, nós tínhamos, em determinada altura, até o povo contra a gente. O povo nos olhava com deboche, com ironia. Era resistir até o último guichê. Então, eles cobravam. Mas minha consciência me dizia que não dava para ir para uma guerra civil. Com toda a análise que o Brizola e as pessoas faziam, eu dizia: mas o Brasil não é Cuba. Cuba é sair da Serra Maestra, tomar conta de Havana, e terminou.

Li a entrevista da falecida Jacqueline Kennedy sobre a morte de seu marido, a **Veja** publicou. Ela deu a entrevista e pediu que só fosse publicada dez anos depois de sua morte. Referindo-se ao Jango, disse que seu marido achava que Jango era comunista, corrupto, uma pessoa em que não dá para confiar. Se ligarmos isso às memórias de Lincoln Gordon, Embaixador no Brasil à época do golpe, vamos verificar que aquilo aconteceu diabolicamente tramado pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos fizeram a ditadura no Brasil, na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Uruguai. Democracias tradicionais a vida inteira, como o Uruguai, como o Chile! Vivemos sob o jugo brutal dos Estados

Unidos. Para isso, precisavam de um inimigo. Era o Jango. Diz o Sr. Lincoln Gordon que a Quarta Frota estava aqui. Para eles foi uma irritação o Jango ter ido para o Uruguai. Eles queriam que o Jango ficasse aqui para eles entrarem. O objetivo era entrarem e fazerem o que há muito tempo muita gente sonha. O americano olha para o mapa, vê o Brasil deste tamanho e pensa: “Nós deveríamos dividir o Brasil em dois ou três. Aí a coisa fica fácil”.

Então, naquela época, nós que não queríamos a luta armada, que não éramos corajosos, que não queríamos a luta, não queríamos a guerra, éramos olhados com restrição, como se fosse por medo, por covardia. Foi um tempo muito longo.

E, naquela época, Presidenta, a imprensa toda estava do outro lado, a burguesia e o capital estavam do outro lado, a igreja estava do outro lado. E com o mar de cassações que fizeram, os que ficaram, a imensa maioria, estavam na máquina do governo. Então, para avançarmos, para chegarmos àqueles dois milhões de jovens lá em São Paulo, pelas Diretas Já, foi uma luta boca a boca: “Eu falo com fulano, fulano fala com fulano, ele fala com o pai”. Daí a inovação fantástica das redes populares. Acho que nós ainda não estamos dando conta da importância disso. A Primavera Árabe já mostrou: três ditaduras já caíram. E repito o que já disse mais de uma vez desta tribuna: sem terrorismo, sem Al-Qaeda, sem mulçumano, sem radicais, só derrubar ditadura.

Nós temos que saber conduzir, não nos intrometer – os jovens não nos querem lá, tudo bem –, mas temos que tentar orientar os jovens para o encaminhamento da luta, para não caírem naquilo que os cientistas políticos estão prevendo, em um pessimismo exagerado. Orientar. E eu diria nesta altura: agora, nos próximos, até o fim do ano, é Ficha Limpa e independência do Conselho da Magistratura.

Muito obrigado, Presidenta. V. Exª chegou na hora para abrir a sessão, e eu fui um maldoso com V. Exª, deixei V. Exª na Presidência por todo esse tempo, mas V. Exª há de me fazer pelo menos justiça: eu quis presidir a reunião e V. Exª falar em primeiro lugar.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Verdade! O Senado tem o prazer de ouvi-lo sempre, Senador, dando sua contribuição singular, que já é marcada na história deste País. E daqui é transmitida para as novas gerações e para o povo brasileiro toda a mensagem de V. Exª. Por isso, com alegria, presidimos a sessão para ouvi-lo.

Muito obrigada.

A Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Randolf Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Com a palavra a nobre e ilustre representante do povo do Estado da Bahia, Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem dúvida nenhuma, as brilhantes palavras do Senador Pedro Simon não são admiráveis apenas por sua extraordinária capacidade de falar, por sua oratória, mas principalmente pela estatura moral, pela história política que tem o Senador Pedro Simon. História que, como ele pontuou há pouco, foi construída em um momento de extrema dificuldade em nosso País, quando nadávamos contra a corrente; e uma correnteza forte nos conduzia para o outro lado.

Lembro-me de algumas ações da resistência democrática institucional que fazíamos nas ruas, no 7 de setembro, denunciando as ações da Ditadura Militar. Combinávamos, no movimento estudantil, na preparação da distribuição dos folhetos, o seguinte: se alguém fosse preso, deveria gritar o nome e dizer que não era ladrão.

Era preciso estabelecer uma versão e chamar a atenção do povo para que ele compreendesse que não éramos bandidos, porque muitos dos que foram presos, no período da Ditadura Militar, lutando pela liberdade, foram caracterizados pelos algozes como bandidos, como pessoas que prejudicavam o País e por isso estavam sendo presas. A população, em certa medida, acreditava, até porque a ideia do comunismo era vista como algo abominável.

Portanto, esse período de construção democrática muito custou ao nosso povo brasileiro, custou a todos aqueles que integraram aquela luta, sejam aqueles que, numa compreensão própria, enfrentaram-na com a bravura da resistência armada. Não menos bravos foram aqueles que resistiram por compreender que a luta política no Brasil tinha uma complexidade maior, e ela teria também que ser travada na trincheira da institucionalidade política. Essa trincheira terminou incorporando as contribuições da luta armada no Brasil, mas sendo essencialmente uma luta vitoriosa no campo da luta “pacífica ou não armada”.

Creio que as lições que tiramos desse período para aplicação nos dias atuais, de consolidação democrática no País, passam, sem dúvida nenhuma, pela ideia de que é preciso radicalizar a democracia; e para radicalizar a democracia tem-se que buscar instrumentos que possam permitir a politização do nosso povo e a participação popular cada vez mais intensa nas decisões políticas do Brasil.

Por isso, Senador Simon, quero concordar com V. Ex^a em muitas das questões levantadas aqui, hoje,

como, por exemplo, com a agenda da Lei da Ficha Limpa, valendo para as eleições de 2012, imediatamente como bandeira de um campo político democrático popular em nosso País; com a ideia da manutenção do Conselho Nacional de Justiça, com as atribuições que a Constituição lhe deu, com as atribuições que tem hoje, fortalecendo a voz.

Não falo apenas para puxar a brasa para a minha sardinha, como diz o ditado popular, dessa extraordinária e ousada baiana, a Ministra Eliana Calmon, mas essa bandeira tem que ser entendida pela política e pelo povo como uma bandeira essencial da democracia brasileira, porque ela estrutura, ela limita a ação ruim daqueles que transformam e corrompem a Justiça no País, mantendo instrumentos de averiguação, instrumentos de limitação dessa ação.

Eu acrescentaria a isso também a ideia de que é preciso garantir financiamento público de campanha e fazer com que o sistema político eleitoral brasileiro se abra à participação maior de representantes do povo brasileiro, das mulheres, dos jovens, dos negros, dos índios, daqueles que não têm acesso ao poder econômico, às grandes estruturas de poder econômico deste País e que, portanto, ficam distantes da possibilidade de chegarem aos caminhos do Parlamento brasileiro.

Na semana passada, falei aqui que cada vez me surpreendem mais os instrumentos e o fortalecimento do poder econômico nas eleições. Lembro-me da minha campanha, quando me elegi, logo que saí do Governo da Prefeitura de Salvador, quando as forças que governavam o meu Estado programaram duas ou três candidaturas de mulheres no seu campo e a elas deram todas as condições financeiras para disputarem palmo a palmo a eleição comigo. Eu fui a Deputada Estadual mais votada da oposição baiana naquele momento, que foi profundamente massacrada e que garantiu míseros lugares de menos de 1/3 do Parlamento do Estado.

Já existiam mecanismos e denúncias do poder econômico. As leis brasileiras já apontavam nesse sentido. Perguntei um dia a um membro do Tribunal Regional Eleitoral e do Ministério Público. Disse: “Mas, como vocês querem comparar e transformar uma eleição igualitária, quando eu vejo dois morros da cidade cobertos pelas bandeiras de um só candidato? Um morro inteiro coberto com um painel de um candidato e um outro de outro candidato. E o senhor quer dizer que existem condições iguais de disputa, quando a gente não tem nem condição de fazer um painelzinho pequeno para distribuir?”

Ele disse: “Ah, Lídice, é muito difícil fiscalizar, determinar o preço das coisas, determinar o tamanho do poder econômico em uma eleição”. E eu dizia: “Mas

diga quais são os instrumentos de que o senhor precisa para isso, para que nós possamos modificar as leis do País, na direção de termos condição de conquista de um espaço mais igualitário de disputa”.

Creio, portanto, que a discussão do financiamento público de campanha não é uma discussão simpática ao povo. E sei disso porque, há dois anos, o meu partido fez uma campanha nacional sobre a reforma política. Eu escolhi o tema do financiamento público de campanha para falar, e um companheiro da Bahia, Deputado constituinte comigo, escolheu um tema que também foi uma ação sua na Constituinte, que era o voto destituente. Depois, as pesquisas demonstraram – e eu recebi diversos *e-mails* – à tese de Leonelli muito apoio e, sobre a minha, muito desprezo, pouco apoio, porque as pessoas não compreendem. Como elas veem a política vinculada a uma coisa suja, perniciosa, cheia de malandragem, cheia de corrupção, pensam “ainda se vai gastar mais dinheiro público para financiar políticos que vão lá fazer isso?”

Há poucos dias, vi o PSOL – e a simpatia do Senador Randolfe – na televisão também defendendo o financiamento público de campanha, mas essa ainda é uma tese em que precisamos insistir, porque ela é de difícil compreensão pelo povo. Ela, no entanto, tem ligação com o combate à corrupção, porque, se não conseguirmos estabelecer mecanismos de combate à corrupção e mecanismos que possam garantir o acesso maior do povo à política, o povo não vai entender o preço da democracia e a necessidade de construirmos um projeto com essa característica, que permita o financiamento público de campanha.

Há poucos dias, eu disse, Senador Randolfe, ao brilhante Senador Pedro Simon, que nos dá tantas lições todos os dias nesta Casa, que eu não acreditava que nós pudéssemos ou devêssemos nos reunir apenas com a bandeira do combate à corrupção. E volto a insistir nessa ideia.

A bandeira do combate à corrupção é uma bandeira indispensável ao processo de consolidação democrática no Brasil, e é a bandeira mais simpática ao povo.

A grande imprensa, num minuto, toma conta dela com um viés diferente do nosso: é um viés muito mais voltado para rememorar o lacerdismo que qualquer outro viés; muito mais voltado para condenar a corrupção que quando não lhe é beneficiária, quando ela própria também, em muitos momentos, foi beneficiária dessa própria corrupção.

Nós comemoramos, como eu comemoro, como os senhores comemoraram, as manifestações ditas espontâneas da juventude brasileira de combate à corrupção, mas creio que ou essas manifestações incorporaram um nível de politização maior, ou poderão

cair no vazio, como foi destacado e até comemorado, não sei, por algum cientista político que V. Ex^a citou há pouco.

Ouvi alguns meios de comunicação, ontem e antes de ontem, comemorarem as manifestações, dizendo: “Nelas não há permissão de partidos políticos” – leia-se, portanto, coisa suja. “Nelas não há participação do político” – também igual a coisa suja. “Nelas não há participação da UNE” – coisa suja também. “Nelas não há participação das centrais sindicais” – coisa suja também.

Portanto, na mera bandeira única da corrupção, existe e pode ser manipulado o sentido dessa luta para um sentido de aversão total à política, às organizações populares do povo brasileiro, que foram conquistas também dos trabalhadores brasileiros. Se existe alguma dificuldade, ou mesmo algum desvio na condução dessas organizações, o próprio trabalhador e o próprio estudante, certamente, através de suas organizações e de suas consciências, encontrarão os caminhos de aprimoramento dessa democracia interna dos movimentos e da mudança dos rumos do movimento, sem deixarem de levar em conta e de considerar que é absolutamente indispensável a organização dos trabalhadores brasileiros em seus sindicatos, em suas organizações populares, assim como a dos estudantes em suas organizações populares.

Pois não.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a trata de um assunto da maior importância, mas me refiro a duas entidades que V. Ex^a citou: a UNE e as organizações dos trabalhadores.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sindicais.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PT – RS) – Coloco, em primeiro lugar, a CUT. Essas duas entidades estiveram conosco durante toda a luta contra a ditadura. O papel da UNE foi magnífico. Foi realmente emocionante. A UNE resistiu. A UNE, colocada à margem, fez congressos sigilosos, cercada por tropas militares, e teve uma atuação emocionante. E a CUT também. A CUT também. Fui presidente da junta governativa da UNE; quer dizer, fui presidente da UNE e tenho as maiores ligações, o maior carinho pela vida universitária e pela história da UNE. Vamos ser sinceros: o governo do Lula cometeu um equívoco. Está certo que ele pegasse a simpatia da CUT, da UNE, dessas organizações sociais para apoiar o seu governo – tudo bem! –, mas elas tinham de manter uma certa independência. Tanto que está surgindo hoje – é triste! – uma UNE independente, não sei o quê, querendo aparecer, porque a UNE é a meia-entrada, a construção da sede – vai ser a sede mais bonita que qualquer entidade estu-

dantil vai ter no mundo – e a liberdade sexual. São as bandeiras. Ela não participa... Ficou muito atrelada ao Governo, muitos cargos ligados ao Governo. Eu acho que aí houve um exagero. Eu acho normal, acho positivo o Lula ter dado muito apoio ao pessoal da UNE. Mas essa integração... E com a CUT é a mesma coisa. Repare, a CUT poderia ter interesse em vários cargos no Governo, nem estou discutindo. Mas o Fundo de Pensão da Petrobras! Qual é o fundamento filosófico, político, social que liga a CUT ao Fundo de Pensão da Petrobras? É um mar de dinheiro que eles aplicam! E tu não podes nem discutir – é essa empresa e aquela empresa; ou tu dás para essa ou tu dás para aquela. Agora, o que tu ganhas por fora ou não ganhas por fora tu não sabes. Agora, estou vendo o Paulinho da Força Sindical numa posição interessante, chamando atenção para o fato de que, nessa disputa dos Correios, a posição adotada pela Presidente Dilma teria sido igual à dos governos da ditadura. É até importante, porque é uma posição de independência, de crítica dura ao Governo. Mas, na verdade, o governo do Lula fez uma cooptação das entidades sociais, que poderiam ficar do lado do governo e apoiá-lo, mas tinham que manter certa independência com relação à sua atuação e não têm mantido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas nós defendemos isso também, Senador Pedro Simon – perdoe-me.

Hoje não existe apenas a CUT como central sindical no Brasil. Existem dezenas de outras centrais, e o senhor citou uma delas. Dezenas, não, mas há pelo menos mais umas seis centrais sindicais importantes no Brasil.

Não estou me referindo à CUT especificamente. Refiro-me a uma comemoração do despartamento do movimento da política. Isso consolida a ideia de que a política é algo de que o povo deve ficar afastado. Em particular, os estudantes, os jovens brasileiros devem se afastar. E eu creio que não é esse o movimento que nós devemos apoiar. Esse não é o movimento que nós devemos fazer. Eu creio que nós devemos buscar articular um movimento suprapartidário com pessoas que queiram se integrar, constituindo certa frente. Uma frente como a que nós constituímos para discutir a reforma política, com participação popular. Uma frente que reúna entidades, que reúna Senadores, que reúna Deputados, sem proibição de legenda política ou partidária alguma.

Não é uma frente contra o PT, contra o PSOL, contra o PCdoB, contra o PSDB, mas uma frente política como tantas frentes que constituímos no passado, com uma bandeira, uma plataforma política que pudessem representar uma nova unidade popular no sentido

do fortalecimento e da radicalização da democracia no Brasil. Nessa frente, caberiam as bandeiras que V. Ex^a aqui levantou, mas não unicamente essas bandeiras. Essa frente possibilitaria que nós pudéssemos debater, sim, amplamente as questões aqui colocadas e mais o financiamento público de campanha, mais as teses que visam, na reforma política, a fazermos com que o Parlamento fique mais próximo do povo, como a extinção do voto secreto, como algumas ideias, inclusive simples, que foram aprovadas aqui na nossa comissão especial do Senado, como a ideia de que o Senador não pode ter suplente que seja seu parente em primeiro ou segundo grau. São ideias que vão no sentido de aprofundar o processo democrático no Brasil, de livrar o Brasil das amarras de uma organização política tradicional e envelhecida, que ainda são resquícios de um processo político brasileiro confuso, complicado, de anos de ditadura militar, de dificuldades de consolidação democrática em nossa terra, de uma modernização profunda da política brasileira no sentido de modernizá-la para aproximá-la do povo para aproximá-la da sua representação real.

Então, creio que é hora, Senador Randolfe, de nós buscarmos constituir, do mesmo jeito que fazíamos nossas conspirações antes, quando Brasília funcionava com seus principais líderes pouco em plenário e muito na calada das noites, nas suas reuniões. Hoje não precisamos fazer na calada da noite, podemos fazer nos próprios prédios do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, reuniões que busquem constituir uma plataforma da unidade popular em nosso País, no sentido de fazer a democracia do nosso povo ser ampliada, o Estado brasileiro se democratizar.

Não haverá possibilidade de democratização do Estado brasileiro sem a pedra de toque do combate à corrupção e da transparência dos atos administrativos de qualquer poder: transparência do Poder Judiciário, transparência do Poder Executivo, transparência do Poder Legislativo, que, diga-se de passagem, termina sendo, com todas as suas dificuldades, o mais transparente dos poderes da Nação, pois o povo consegue acompanhar o movimento dos Deputados, dos Vereadores, dos Deputados Estaduais, dos Senadores. V. Ex^a está falando e o povo brasileiro lhe ouvindo, sabendo que está aqui, hoje, no Senado Federal. Quando há sessão do Senado Federal, todo mundo sabe que houve; quando não há, a imprensa, no outro dia, transforma em um grande fato nacional.

O Parlamento brasileiro, com todas as suas dificuldades, ainda é um poder muito mais transparente do que os outros poderes. Portanto, temos que fazer valer leis como a Lei da Transparência, votada neste Senado, votada no Congresso Nacional, do Senador

Alberto Capiberibe, que luta pelo seu retorno a Casa; temos que transformar esta lei em realidade no Executivo Central e também nos governos estaduais e municipais, onde a dificuldade ainda é maior.

O Poder Legislativo central do Brasil, pela magnitude do País, fica mais exposto. Mas, às vezes, é no Município que as práticas políticas são mais difíceis, onde o poder se exerce com mais autoridade ou com mais autoritarismo, onde as perseguições políticas são prática na vida e no convívio social. Portanto, precisamos de leis que cheguem de cima para baixo e de baixo para cima, e sendo construídas com a participação do povo. Tudo isso para que, no exercício do poder municipal, essa democracia e essa fiscalização dos recursos públicos possam ser exercidas com a preparação permanente dos conselhos voltados para essa participação e dos seus componentes.

Creio, portanto, que estamos construindo, que V. Ex^a está construindo uma agenda extremamente importante para o Brasil e para o povo brasileiro. Resta apenas me solidarizar com ela e me colocar junto a V. Ex^a nesse debate, compreendendo, em um debate mais amplo ainda, que precisamos mobilizar os nossos partidos. Não pense V. Ex^a que, dentro do seu partido, não existe gente pensando e debatendo essa questão, que não existem filiados que não se emocionem com a bela história política do MDB, que construiu a democracia neste País. Em todos os partidos existe certa saudade do que fomos.

O novo momento político traz novos desafios, uma sociedade mais complexa, uma sociedade onde a segurança pública assume, na agenda do povo brasileiro, uma importância que não tinha no tempo em que militávamos na política. Não havia militante de esquerda que se interessasse por esse assunto. Hoje, diversos segmentos da esquerda estão avançadamente na vanguarda da discussão da segurança pública em nosso País, porque este se tornou um problema essencial na vida do povo nas grandes e nas pequenas cidades brasileiras, no Nordeste brasileiro, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul.

A sociedade está mais complexa. A juventude militante, que no meu tempo lutava por mais verbas para a educação e contra a ditadura militar, hoje convive com o desafio, dentro das escolas, de conquistar uma parcela dessa juventude, convencendo-a de que é possível acreditar na vida e num futuro melhor, de modo a evitar que se entregue imediatamente às ruas, ao prazer imediato das drogas, reconhecendo que o prazer é indispensável à vida de qualquer ser humano, mas que não é daquela forma, daquela maneira que se vai encontrar a realização humana.

São novos os desafios, mas esses novos desafios estão colocados num contexto em que os princípios devem permanecer os mesmos, os princípios voltados para garantir ao povo brasileiro uma vida digna, uma vida de inclusão social, uma vida em que seja possível um trabalho decente, uma agenda de respeito ao trabalhador em nosso País, onde os recursos do povo possam ser geridos com eficiência para garantir um melhor resultado para esse mesmo povo e, principalmente, com a honestidade devida, para que cada centavo do cidadão possa ter o respeito de ser aplicado em políticas públicas inclusivas.

Eu acredito que há um compromisso da Presidente Dilma com isso e acredito que é necessário que nós possamos nos mobilizar para garantir que a Presidente do Brasil possa cumprir o desafio, que não será o mesmo desafio do governo do Presidente Lula, serão novos desafios.

A crise econômica está aí, ameaçando o Brasil como ameaça todo os países também em desenvolvimento, não estamos no mesmo patamar de dois, três anos atrás. Hoje as manchetes dos jornais amanheceram anunciando que nós vamos ter crescimento menor do que o anunciado pelo Governo, e anunciado semana passada pelo Presidente do Banco Central, que voltou a falar num crescimento entre 4,5% e 5% e hoje toda a imprensa nacional fala num crescimento abaixo de 3,5%.

Portanto os desafios novos têm que fazer com que nós possamos renovar as nossas propostas políticas e a nossa agenda para a ação política dos segmentos democráticos, dos segmentos populares, dos segmentos de esquerda, para que nós sejamos capazes de oferecer uma plataforma de vanguarda ao povo brasileiro, e em torno dela, estabelecer o debate que faça com que o povo brasileiro se organize, vá à luta, e conquiste vitórias efetivas.

Eu acredito num movimento convocado pelas redes sociais, acredito na movimentação espontânea do nosso povo, que vai encontrando caminhos. Aliás é impressionante, alguns segmentos – e falo da grande mídia –, alguns segmentos da mídia nacional condenam praticamente as manifestações nos Estados Unidos. Impressionante! Aplaudem as manifestações no Brasil e eu não vi, na grande imprensa nacional, uma só manifestação de aplauso às manifestações que estão ocorrendo nos Estados Unidos, o centro do capitalismo mundial, o centro da crise mundial, com manifestantes e manifestantes nas ruas. Uma coisa inusitada, o tipo de manifestação que está sendo feita nos Estados Unidos. E a imprensa nacional insiste em dizer que se trata de uma manifestação sem bandeira, sem objetivos, sem ideias e que, portanto, deve ser desconsiderada. Como

se naquele país objetivo, em que as pessoas estão se manifestando, não estivesse exatamente o epicentro da maior crise econômica e que, conseqüentemente, se transforma numa crise política e administrativa da vida daquelas pessoas.

Portanto, acho que nós estamos na hora, sim, de sair de certa posição de perplexidade diante da situação nacional e internacional por que vivemos e propor uma grande agenda de unidade das forças populares, em nosso País. Propor ao PSOL, ao PT, ao PMDB; não ao partido propriamente dito, mas às pessoas, em cada um desses partidos, que acreditam em que é necessário se constituir uma força nova, um movimento novo que faça com que o Brasil caminhe para uma nova direção política e para a radicalização dos seus objetivos de democratização do nosso País.

Quero, no entanto, também, Sr. Presidente e caros Senadores, para finalizar, porque já usei bastante o meu tempo e não quero cansar nem os ouvintes da Rádio e da TV Senado tampouco V. Ex^a, pois não tenho o brilhantismo do Senador que nos antecedeu, o Senador Pedro Simon, com sua história de lutas a nos encantar, registrar também alguns fatos importantes para a luta política no meu estado.

Primeiro, a realização, em Salvador, no mês passado, da III Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente, que não tive a oportunidade de registrar naquele período e agora renovo, em função também da discussão que tivemos essa semana, com o movimento sindical de trabalhadores no meu Estado, a respeito da Agenda do Trabalho Decente.

O Governo do Estado da Bahia foi o primeiro governo do Brasil a ser signatário da OIT na Agenda do Trabalho Decente, que envolve a ideia da defesa do trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança, sem qualquer discriminação e capaz de garantir uma vida digna a quem vive de sua atividade.

Eu quero parabenizar a Conferência, as centrais sindicais que participaram dela, o esforço do Governo da Bahia em constituir, em acompanhar e em viabilizar a Agenda do Trabalho Decente em nosso Estado. E para esse registro, como para os demais, peço a V. Ex^a que nos garanta a publicação na íntegra, nos Anais da Casa.

O segundo registro, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito ao dia de amanhã, dia 15 de outubro, o Dia Nacional do Professor.

O professor garante, no Brasil, um esforço hercúleo em defesa da educação pública e gratuita, mas ainda não tem salários dignos. O professor está na vanguarda da luta para que 10% do PIB sejam aplicados em educação, tese esta a que, ontem, se não

me engano, referiu-se também o Ministro da Educação, dizendo que é preciso aumentar o investimento em educação em nosso País, que, hoje, está mais ou menos em torno de 5%, para 7% ou para 10%. Creio que devemos, imediatamente, pegar com rigor e com força a bandeira dos 10% do PIB para a educação. Os professores enfrentam a necessidade de uma formação continuada e lutam por isso há muitos e muitos anos.

Registro aqui as conquistas dos professores da Bahia neste momento, as decisões que a Secretaria da Bahia tomou, de investimento e de convocação de mais 1.559 professores aprovados no mais recente concurso público em nosso Estado.

Quero chamar a atenção para uma nova bandeira dentro da luta da educação e dos professores da rede pública do Brasil, meu caro Senador Randolfe, que é a luta para garantir a segurança nas escolas públicas, a vida do professor.

Em Brasília, recentemente, um fato chamou a atenção, e o mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, no mês passado, e em São Paulo, no mês anterior: professores foram agredidos por alunos. Recentemente, uma criança de dez anos de idade pegou uma arma, foi à escola, atirou no professor e, depois, matou-se, atirando em si mesmo. Essa circunstância em que a sociedade perde os valores da fraternidade, da solidariedade, do respeito, da educação, como símbolo de formação da sociedade, invade toda escola, pública e privada, mas, em especial, a escola pública, que se localiza territorialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social em nosso País.

Portanto, quero deixar aqui meu compromisso com a luta dos professores; meus parabéns aos professores do Brasil inteiro, que, amanhã, comemorarão seu dia; meu abraço aos professores e ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB Sindicato), cuja nova diretoria toma posse no próximo sábado. O APLB Sindicato tem uma das mais belas histórias do movimento sindical baiano e é conduzido de maneira extraordinária por uma sindicalista de nome Zezé Rocha, que foi deputada estadual e que, hoje, é funcionária da Casa Legislativa, da Câmara dos Deputados, porque mora em Brasília. Com larga tradição de luta, implantou-se, na sua liderança, a APLB em todos os Municípios da Bahia, ainda em plena ditadura militar, quando os partidos políticos não conseguiam sequer chegar lá.

Portanto, quero saudar essa categoria, que tem sustentado a luta por uma educação pública gratuita e de qualidade em nosso País e que é formada pelos professores da rede pública do Brasil, pelos professores do ensino básico e da educação fundamental, que, no dia 15 de outubro, comemorarão suas conquistas

e reafirmarão seu compromisso de luta, inclusive pelo piso salarial nacional.

Quero também registrar os 99 anos do jornal **A Tarde**, o jornal mais importante do Estado da Bahia e do Nordeste brasileiro, que tem grande história de luta e de vida no Estado da Bahia. Quero parabenizar seus jornalistas, seu editor, que lutam por uma imprensa independente em nosso Estado.

Finalmente, eu queria registrar que dei entrada em um projeto de lei, buscando modificar a organização dos conselhos tutelares em nosso País, essa importante articulação, essa importante organização, criada pelo Parlamento brasileiro, para se constituir um elemento, um organismo de fiscalização da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, importante instrumento na garantia da execução de um plano, de uma rede de defesa da criança e do adolescente em nosso País.

A minha proposição é a de que possamos fazer as eleições diretas dos conselhos tutelares num só dia, um ano após as eleições dos governadores, com regras claras, que garantam a participação de cada um dos conselheiros. De acordo com as normas, o conselheiro, primeiro, deve ter 21 anos; segundo, deve ter conhecimento da legislação em defesa da criança e do adolescente; terceiro, deve ter pelo menos um ano de experiência em alguma organização em defesa da criança e do adolescente. Essa eleição deve ser feita em todo o Brasil num só dia, com os mesmos instrumentos. Poderemos nos beneficiar dos Tribunais Regionais Eleitorais, da sua organização, da sua estrutura e tecnologia, para darmos visibilidade à luta dos conselheiros em todo o País e para, dessa forma, criarmos também um debate político em relação à defesa da criança e do adolescente no Brasil e às políticas públicas de salvaguarda desse segmento da população brasileira tão vulnerável.

Espero contar com o apoio das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores, meus Pares nesta Casa, que são sensibilizados pela luta em defesa da criança e do adolescente, especialmente V. Ex^a que é um dos mais destacados dos seus defensores.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. senadores, realizou-se, em Salvador, nos dias 22 e 23 de setembro passado, a III Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente, promovida pelo governo do Estado da Bahia, em parceria com instituições

públicas e privadas. Esta foi a primeira de uma série de 27 conferências que serão realizadas em todos os estados do Brasil para formulação de propostas e eleição de delegados à I Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, que acontecerá em Brasília, em maio de 2012.

Durante a solenidade de abertura, o governador Jaques Wagner sancionou a lei que criou o Fundo de Promoção do Trabalho Decente (Funtrad), que vai assegurar a captação, repasse e aplicação dos recursos para custear as políticas públicas destinadas a gerar mais e melhores empregos com igualdade de oportunidade e de tratamento, além de combater os trabalhos infantil e escravo. A Bahia foi o primeiro Estado brasileiro a instituir o Funtrad.

O evento reuniu cerca de 500 participantes, dentre os quais 400 delegados eleitos nas 72 conferências municipais e cinco regionais, realizadas nos 26 territórios de Identidade do Estado. A representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na América Latina e Caribe, Elizabeth Tinoco, e no Brasil, Laís Abramo, e o secretário estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Nilton Vasconcelos, também marcaram presença na solenidade.

Acredito ser necessário abrir um parêntese para explicar aos que me acompanham pelo sistema de comunicação do Senado Federal, em que consiste o trabalho decente. Criado em 1999 pela OIT, o conceito de trabalho decente defende o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em Condições de Liberdade, equidade e segurança, sem qualquer discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a quem vive de sua atividade.

Fechando parêntese, a realização da III Conferência Estadual teve repercussão no exterior, sendo noticiada no site da Organização Internacional do Trabalho em Genebra, em que é ressaltado o empenho do governo brasileiro em promover o emprego e salário decente. O texto informa que "o Brasil lançou uma série de conferências sobre a criação de emprego e trabalho decente em um esforço para promover o diálogo social numa escala que é inédita no mundo".

Também, Sr. Presidente, quero destacar o pioneirismo da Bahia na discussão de práticas do Trabalho Decente. Foi o primeiro Estado a assumir o compromisso de construção de uma agenda estadual, em 2007. Compromisso concretizado em dezembro do mesmo ano com o lançamento oficial da Agenda Bahia do Trabalho Decente.

Recentemente, o governo assinou decreto que institui o Programa Bahia do Trabalho Decente, que tem como objetivo associar o desenvolvimento econômico com justiça social. O programa apresenta

ações e metas do governo baiano na construção de políticas públicas para que a prática do trabalho decente seja incorporada nas atividades de gestão pública e privada e, por extensão, na sociedade de uma forma geral.

Cumpre-me ainda ressaltar a importante contribuição das centrais sindicais nas etapas municipais e estaduais, na formulação de propostas que serão levadas a I Conferência Nacional do Trabalho Decente que acontecerá em Brasília, como já foi dito anteriormente, em maio do próximo ano.

Portanto, Sr. Presidente, segundo declaração da representante da OIT na América Latina e Caribe, Elizabeth Tinoco, “o Brasil inicia desta forma o mais amplo processo de diálogo social já realizado sobre temas relacionados com o mundo do trabalho.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIA DO PROFESSOR

Quero saudar e parabenizar os professores pela passagem do seu dia, reafirmando o nosso compromisso com a categoria na luta por melhores condições de ensino e pela ampliação do PIB para a aplicação de 10% na educação até 2014.

Entendendo que obtivemos alguns avanços nos últimos anos no processo de valorização dos professores, mas ainda estamos muito longe do que se faz necessário para que os docentes tenham condições de exercerem as atividades pedagógicas, dentro de um novo contexto, onde a cada dia são mais exigidos a superar desafios. Se quisermos uma Educação Pública de qualidade para todos, precisamos cumprir algumas metas com os PROFESSORES. Precisamos, por exemplo, que o piso salarial nacional, tanto nos Estados, como nos Municípios, seja respeitado e lutar por recursos maiores em prol da educação, melhorar a estrutura física das escolas, adquirir e instalar equipamentos de informática, melhorar a merenda escolar e garantir o transporte escolar.

É preciso senhor presidente, rever a estrutura da formação de professores no Brasil. A formação inicial dos profissionais da educação ainda carece de revisão de sua base curricular, a fim de aproximar-se das demandas escolares impostas pelas novas gerações e pela necessidade dos profissionais em adquirir novos conhecimentos, sobretudo de técnicas e tecnologias pedagógicas.

O Brasil vem se consolidando em todos os campos, ganhando o reconhecimento mundial como uma nova potência, é chegada a hora de darmos um grande salto de qualidade no ensino e para isso, é fundamental a figura do professor. As condições são favoráveis para que isso aconteça. Temos uma presidenta que já reafirmou por várias vezes o seu compromisso com o ensino, como o entendimento de que nenhuma área pode unir melhor a sociedade do que a educação, e de que nenhuma ferramenta é mais decisiva do que ela para superar a pobreza e a miséria.

Parte dos avanços conquistados no País decorre da priorização dada pela Presidenta Dilma e os esforços do Ministro Haddad à Educação, o que pode ser claramente demonstrado pelo crescimento das verbas destinadas pela União à Educação, a partir de 2004. Na Bahia o governador Jaques Wagner integrando a esse processo de valorização do professor – e pela qualidade de ensino e interiorização da educação – nos últimos quatro anos vem investindo na expansão do ensino médio para o campo, priorizando a construção de escolas na zona rural, onde já chegamos ao total de 80 escolas no período de 2009 a 2011. Também aumentou o recurso para transporte escolar, passando de R\$9,6 milhões em 2006 para R\$35 milhões em 2011, e investiu-se em programas estruturantes para garantir à população rural o acesso à educação. A rede estadual alcança, em 2011, a marca histórica de atendimento de 51.024 estudantes matriculados no ensino médio em 638 localidades da zona rural. Vale destacar que, das 80 novas escolas na zona rural, nove estão localizadas em assentamentos de trabalhadores e produtores rurais. Dessas, cinco já estão concluídas, duas estão com obras em fase de finalização e duas estão iniciando as obras. Além disso, o Governo garante a construção de unidades em mais quatro assentamentos.

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia também anunciou este mês a primeira nomeação de 1.559 professores aprovados no mais recente concurso para docente do Estado, realizado este ano. Além disso, comemorou dois anos de serviços prestados no SAC Educação e lançou novos serviços do Programa de Atenção à Saúde e Valorização do Professor.

Os 1.559 professores nomeados este ano fazem parte do primeiro grupo de um total de 3.200 docentes que serão nomeados até o início do ano letivo de 2012. Os novos professores vêm somar aos efetivos da rede estadual de ensino, atualmente com 40 mil professores, um dos maiores quadros de pessoal do Estado da Bahia. A contratação representa um aporte importante para a melhoria do ensino em todas as escolas da rede estadual do meu Es-

tado, assegurando o direito a educação à todos os estudantes, que é o principal objetivo do programa "Todos pela Escola".

A Secretaria de Educação lançou também este mês um novo serviço para atendimento aos professores nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e serviço social. O serviço, com hora marcada, vai funcionar no SAC Educação, no Comércio. O programa, de caráter preventivo, possibilita que o professor tenha até três encontros com cada um dos profissionais.

Além disso, estão sendo promovidas oficinas multidisciplinares para grupos de docentes. As oficinas já passaram por 180 escolas de Salvador, beneficiando mais de 2.500 professores. Na fase atual, 57 unidades escolares vão receber a visita da equipe, que é composta por 26 profissionais nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e serviço social. O atendimento acontece dentro da carga horária de atividade complementar do docente, com o objetivo de promover assistência, reabilitação, prevenção e promoção à saúde.

Outra novidade que a Secretaria anuncia no mês em que se comemora o Dia do Professor é a implantação de serviço de sonorização nas salas de aulas, a partir de 2012. Assim, os professores da rede estadual passarão a contar com microfone e caixas de som para facilitar a comunicação com os alunos.

Com 97% de aprovação dos usuários e uma média diária de 140 solicitações, o SAC Educação contabiliza mais de 63 mil atendimentos desde que foi inaugurado, em outubro de 2009. No local, os servidores podem obter informações, dar entrada e acompanhar processos funcionais, como pedidos de aposentadoria, abono permanência, licença-prêmio, gratificações e adicional por tempo de serviço.

Com essas medidas o governo da Bahia dá uma demonstração do seu compromisso com a política de valorização dos professores.

Finalizando, quero parabenizar a nova diretoria da APLB-Sindicato que toma posse neste sábado em uma festa que será realizada para comemorar o Dia do Professor, na área Verde do Hotel Othon, em Salvador. Desejo a todos uma excelente gestão, reafirmando que a luta continua, e que podem contar sempre com o nosso apoio.

CONSELHOS TUTELARES PODERÃO TER ELEIÇÕES DIRETAS

Os membros dos Conselhos Tutelares, órgãos municipais para proteção da criança e adolescente, poderão ser escolhidos por meio de eleição direta, realizada num único dia em todo o país. A unifica-

ção das normas para escolha desses conselheiros consta de projeto de Lei apresentado esta semana pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e tem como objetivo organizar a composição dos Conselhos nacionalmente e melhorar a proteção à criança e ao adolescente.

Atualmente, a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares não segue uma regra única, cada município define o processo de seleção que pode ser uma prova, indicação do prefeito e até mesmo, em alguns casos, eleição direta. A unificação dessa escolha vai evitar o aparelhamento político dos órgãos e a ocupação do cargo por pessoas que não tenham nenhuma ligação ou conhecimento das políticas voltadas para a proteção da criança e do adolescente.

De acordo com o projeto, a eleição direta para os membros dos Conselhos seria feito num único dia em todo o país, no ano seguinte ao das eleições dos governadores. Serão exigidos dos candidatos idade mínima de 21 anos; residir no Município onde está instalado o Conselho Tutelar o qual pretende integrar; idoneidade moral; ter concluído a educação básica; ter no mínimo um ano de trabalho com criança e adolescente e conhecimento da legislação básica.

Os conselheiros eleitos, e que cumprirem as exigências para ocupação do cargo, deverão ainda passar por um processo contínuo de capacitação que ficará a cargo dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os eleitos terão direito a previdência social, férias e descanso semanal remunerados, 130 Salário e licença à gestante ou paternidade.

O projeto prevê ainda penalidades para as autoridades competentes que não proverem as condições necessárias ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, indo desde multa até perda da função pública e suspensão dos direitos políticos. A legislação que criou os Conselhos Tutelares foi promulgada em 1990. Na época, havia o entendimento de que a escolha dos membros desses órgãos deveria ficar a cargo dos municípios. Esse processo, no entanto, mostrou-se ineficaz devido à falta de critérios que pudesse selecionar candidatos com capacidade comprovada para atuar como conselheiro.

REGISTRO PELOS 99 ANOS DO JORNAL A TARDE

Parabenizo o Jornal **A Tarde**, o diário mais antigo em circulação da Bahia, que amanhã (sábado) completa 99 anos. Fundado pelo jornalista e político Ernesto Simões Filho, em 15 de outubro de 1912, consolidou-se como um dos mais importante e influente veículo de comunicação do Estado. Ernesto Simões foi um pioneiro nas inovações da imprensa

na Bahia, e o jornal vem cumprindo com afinco a sua função social.

Noticiando os principais fatos que marcaram a história internacional, nacional e, sobretudo, da Bahia nessas décadas, incorporou-se aos hábitos dos baianos e vem se mantendo como leitura diária obrigatória, apesar da internet e das redes sociais que estão revolucionando o processo de informação.

Não poderia deixar de parabenizar a toda equipe que diariamente sai às ruas em busca das informações, apurando e registrando os principais fatos do cotidiano, os jornalistas que na verdade são a alma da redação. Parabenizo também Silvio Simões, diretor do Jornal e nosso companheiro de partido, o professor Edivaldo Boaventura, diretor de redação, com os votos de que o Jornal prossiga em sua caminhada de bem informar por muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PSOL – AP) – Senadora Lídice, em relação às suas solicitações, V. Ex^a será atendida na forma regimental. Quero cumprimentá-la pelo seu pronunciamento.

Ao mesmo tempo, quero saudar a visita ao plenário do Senado da República dos alunos do curso de Direito da Faculdade do Vale do Gortuba, Favag, da cidade Nova Porteirinha, no importante e glorioso Estado de Minas Gerais. Sejam bem-vindos ao Senado Federal. Fiquem à vontade em conhecer as dependências do Senado da República.

Ato contínuo, Senadora Lídice, passo a Presidência a V. Ex^a.

O Sr. Randolfe Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Lídice da Mata.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, todos os que nos ouvem pela Rádio Senado, que nos assistem pela TV Senado, tenho alguns compromissos, não serei tão brilhante quanto o Senador Pedro Simon, quanto V. Ex^a, Senadora Lídice. Portanto, também faço questão de não ser tão extenso.

Quero, nesta sexta-feira, de imediato, fazer uma saudação à data de amanhã, como já foi feito pela Senadora Lídice. Trata-se de uma data importante para nós, professores. Incluo-me porque é o meu ofício, o ofício do magistério. Talvez poucos ofícios sejam tão importantes para a humanidade nessa sua caminhada pelo Planeta quanto o ofício do magistério.

Quero, nesse sentido, comunicar que protocolamos, ainda este mês, um projeto de lei, o PLS nº 549/2011, garantindo isenção de tributação para pessoas que adquiram livros técnicos diretamente relacionados à sua área de atuação. Esse PLS, obviamente, refere-se em especial a nós, professores. Em todo início de período letivo, temos de, por dever e por ofício, adquirir livros e nos atualizarmos para exercer o mister, a tarefa, a atividade do magistério.

Quero concordar com V. Ex^a, Senadora Lídice, que temos uma luta indispensável para os professores do Brasil de hoje. Falo de ampliar a capacidade de investimentos do Estado brasileiro em educação. Nenhuma nação do mundo alcançou a posição entre as mais desenvolvidas senão pelo caminho do investimento em educação. Os 10% da educação, os 10% do Produto Interno Bruto de toda a riqueza gerada em nosso País em educação constituem um patamar que outras nações do mundo já alcançaram. Foi o patamar necessário para o desempenho do Japão logo após ter saído arrasado da Segunda Guerra Mundial. É uma necessidade para o Brasil cumprir os desafios que tem na próxima década. Somos, dos chamados países emergentes, do Grupo dos 4 (Brasil, Rússia, Índia e China), o único que está em um patamar de investimento em educação abaixo dos outros três.

Tão importante quanto, Senadora Lídice, é o tema do investimento na saúde pública. Aliás, são dois temas que a nossa Constituição de 1988...

Estou aqui, no Senado, diante de duas pessoas, duas personalidades, indispensáveis para a conquista do texto constitucional de 1988, que foi um salto civilizatório para o Direito brasileiro: V. Ex^a, Presidente Senadora Lídice, que Constituinte foi, e o Senador Pedro Simon, que, na época, era Governador do Rio Grande do Sul, não era Constituinte, mas nós só chegamos à Constituição devido à luta do Senador Pedro Simon e de outros patriotas brasileiros.

Pois bem, a Constituição de 1988 consagrou como direito universal dois direitos fundamentais a educação e a saúde. “A saúde [a Constituição estabeleceu, no seu art. 196] é direito de todos e dever do Estado”. E esse direito deveria ser garantido por meio do “(...) acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Nós constituímos um capítulo de saúde pública dos mais avançados entre todos os textos constitucionais do mundo, constituímos inclusive um modelo de saúde pública, o Serviço Único de Saúde, um modelo de saúde pública transparente, sob a fiscalização da sociedade e com a constituição de conselhos de controle social desse sistema de saúde. Nós consa-

gramos na Constituição as resoluções da histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Pois bem, foi isso que consagramos; entretanto, mais adiante, no art. 198, quando estabelecemos o Sistema Único de Saúde, nós constituímos uma rede regionalizada e hierarquizada, baseada, então, na descentralização com responsabilidades para cada esfera de Governo. Estabelecemos, na Constituição de 1988, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo das atividades essenciais, e, como já disse, constituímos um sistema passível do controle social através dos conselhos de saúde. Não deixamos claro na Constituição como esse sistema ia ser financiado; aí, em 2000, veio a Emenda à Constituição nº 29, que buscava garantir os recursos financeiros necessários à universalização dos serviços públicos de saúde com qualidade.

Estabelecemos, então, na Emenda 29, esses critérios, e essa emenda foi aprovada há 11 anos pelo Congresso Nacional. Pois bem, embora nós tenhamos tido aqui, em 2007, a apresentação e a aprovação do Projeto de Lei nº 21, quando esta Casa cumpriu seu papel de regulamentar as responsabilidades de União, Estados, Municípios e Distrito Federal para com a saúde pública e a colaboração entre esses entes federados, nós passamos quatro anos, para que esse Projeto de Lei nº 21 fosse aprovado agora pela Câmara dos Deputados.

Nós temos questões então a debater sobre o projeto que foi aprovado pela Câmara. A grande questão – e essa é a grande pergunta que o Governo nos faz a nós, Congressistas – é como garantir recursos suficientes para que nós possamos dispor do mandamento constitucional do acesso universalizante ao SUS. A outra questão é tão relevante quanto a primeira: a indefinição legal do percentual de participação da União no financiamento da saúde.

De forma acertada, no PLS 21/2007, o Senado aprovou que a União deveria participar com 10% de sua receita corrente bruta em saúde. Atualmente, nós não temos nenhuma regra fixa para estabelecer o percentual mínimo de aplicação, por parte da União, em saúde. O que sabemos é que existe a obrigação da União de sempre investir o mesmo valor do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto que, como já dissemos, é a soma de todas as riquezas produzidas em nosso País.

Dados do Projeto de Lei Orçamentário de 2012 apontam para um investimento federal de apenas 3,75%. Veja, Senadora Lídice, muito abaixo dos 10% que foi previsto pelo PLS 21, aprovado pelo Senado em 2007.

A redação – lamentavelmente, aprovada pela Câmara – estabelece que o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, acrescido no mínimo do percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto, ocorrido no ano anterior da Lei Orçamentária Anual, é um percentual insuficiente para recuperar o Sistema Único de Saúde em nosso País. Vimos e identificamos no projeto enviado pela Câmara uma tentativa concreta de diminuir a participação dos Estados e do Distrito Federal no financiamento da saúde nos próximos cinco anos.

Pela Emenda 29, Estados devem contribuir com 12% dos recursos arrecadados com impostos e os municípios, com 15%. Vejam o disparate: os municípios, que têm uma capacidade menor, vão ter de contribuir com mais de suas receitas do que o Estado deve de fato contribuir.

A Câmara acabou aprovando, na regulamentação da Emenda 29, do PLS 21, um dispositivo que acaba dando alívio aos Estados, excluindo da receita total os recursos que constituem o Fundeb. Com isso, acaba tendo um investimento abaixo do que precisamos para recuperar a saúde pública no País.

E temos o debate, muito em voga aqui no Congresso, de recriar a CPMF, de recriar um imposto sobre a saúde, dando uma denominação nova. Na prática acaba sendo a mesma coisa. Vamos enfrentar esse debate. Ouvimos esse debate sem tratar do debate central em relação ao financiamento da saúde, em relação ao País, que é o debate sobre o Sistema Tributário Nacional. Nessa questão, quero destacar três pontos. Primeiro, não é possível concordarmos com a criação de uma contribuição específica para a saúde, por meio de um novo tributo que seja direcionado fortalecendo a forma regressiva do Sistema Tributário Brasileiro.

Nós temos um sistema tributário dos mais regressivos do mundo, que não faz justiça tributária. No Brasil, quem tem mais paga menos, quem tem menos paga mais. Em outros países, Estados Unidos e Japão, por exemplo, o que é mais tributado são a propriedade e a renda. Aqui no Brasil, são mais tributados os serviços e o consumo. Quem paga mais imposto acaba sendo quem tem menos, e não quem tem mais. Pergunte-se aqui sobre financiamento à saúde, mas temos um debate paralisado aqui, Senadora Lídice, há quanto tempo, a senhora pode me dizer?

Temos um debate paralisado há mais de 20 anos, desde o advento da Constituição da República, que é um debate sobre o imposto sobre grandes fortunas. Nós regulamentamos todos os tributos previstos na ordem constitucional de 1988 e não regulamentamos

o imposto sobre grandes fortunas. Basta regulamentarmos e passarmos... Há vários projetos aqui. Há um, inclusive, do então Senador Fernando Henrique. Há vários projetos tramitando. Se pesquisarmos na Câmara e no Senado, há vários projetos tramitando sobre a regulamentação do IGF. Basta aprovarmos um, que nós encontraremos uma fonte concreta para financiamento da saúde.

O terceiro aspecto é que todos os anos, por força da Lei nº 9.530, de 1997, a totalidade dos dividendos auferidos pela União, devido à sua condição de acionista majoritária em estatais, entre elas a Petrobras e os bancos públicos, são revertidos para o pagamento dos juros e amortização da dívida pública. Ano passado, foram R\$32 bilhões que, mais uma vez, poderiam ter reforçado as áreas sociais.

Nesse sentido, o jornal *O Globo*, na sua página de economia no último dia 6 de outubro, ilustra o que estou falando, sob o título: "Saúde na lanterninha".

Destaca aqui que a arrecadação federal deste ano vai bater recorde e o gasto com saúde aumentou apenas 4,5%.

A matéria, inclusive, ilustra um didático gráfico sobre as contas públicas brasileiras. Receita líquida do Brasil em 2010, R\$447 bilhões; em 2011, R\$532 bilhões, um acréscimo de 18,8%.

Entretanto, o investimento em educação ampliou R\$3,5 bilhões, 15,4% abaixo, muito abaixo da ampliação da arrecadação federal.

O investimento em desenvolvimento social, entre eles o Bolsa Família, cresceu apenas 12,6%, abaixo da ampliação da arrecadação federal. A soma dos gastos sociais, 10%; e a saúde é lanterninha. O crescimento do investimento em saúde foi o menor, mesmo com a ampliação das contas da arrecadação do Governo Federal. Enquanto a arrecadação do Governo Federal amplia 18,8%, os gastos com saúde ampliam somente 4,5%.

E aqui está o grande problema, Senadora Lídice.

O superávit primário, em 2010, teve um acréscimo de R\$29,7 bilhões e, em 2011, de R\$69,9 bilhões, tendo havido um acréscimo de R\$40,1 bilhões. Enquanto houve um acréscimo de investimentos em saúde de 4,5%, houve um acréscimo do pagamento do superávit primário de 135%.

O que quer dizer superávit primário, para ficar claro para todos que estão nos ouvindo e nos assistindo? Superávit primário é a diferença, é o pagamento dos juros – isso é destacado na matéria –, somente dos juros da chamada dívida pública. É o que nós pagamos para o mercado financeiro nacional e internacional.

Então, houve o aprofundamento de uma política econômica ortodoxa, pagando-se cada vez mais e quadruplicando-se o pagamento do superávit primário, e a redução dos investimentos em saúde para 4,5%. Ora, a continuar e a insistir nesse caminho, nós não teremos como, de fato, ampliar os gastos em saúde.

Quero lembrar que foi um dos compromissos da Presidente Dilma a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29.

Vivemos várias crises, várias dificuldades no Brasil hoje, em que pese o nosso crescimento econômico e em que pese termos caminhado nos últimos anos na mão contrária da economia mundial.

Ontem, jantei com um amigo nosso, Senadora Lídice, o Embaixador Maximilien, da República Bolivariana da Venezuela, companheiro irmão nosso, e falamos um pouco sobre o crescimento – inclusive, negativo – dos nossos vizinhos da América Latina. Veja, a Europa está estagnada, vivendo a mais dramática das suas crises políticas e econômicas dos últimos tempos. Nós vivemos até um crescimento negativo do conjunto dos países latino-americanos; e a economia brasileira tem crescido nos últimos anos, tem ampliado o nosso crescimento. Não se justifica, então, a crise que vivemos na saúde pública brasileira.

A gente visita hospitais, seja em Salvador, seja em Macapá, seja em Porto Alegre, seja em São Paulo, e vê filas nos corredores, vê gente esperando no chão por um atendimento, porque não há macas.

Não se justifica um País que está crescendo com o dinamismo da nossa economia, não se justifica um País que tem a arrecadação própria da União crescendo da forma como está crescendo, não se justifica o crescimento dos investimentos em saúde ser apenas de 4,5%.

Portanto, o debate sobre a regulamentação da Emenda 29 é um bom momento para nós dialogarmos sobre um dogma da política econômica brasileira: o dogma da sangria da dívida pública, que, em 2012, consumirá ... Vejam, em 2010, a dívida pública consumiu 43% do orçamento da União. Nós vamos, em 2012, consumir 47%, quase 50% do orçamento federal. Enquanto a gente amplia o pagamento para a dívida pública, fortalecendo e beneficiando o mercado financeiro, a gente tem a redução dos investimentos em saúde.

Com esse patamar, realmente, com essa perspectiva, não temos como dialogar, como ter a aprovação do PLS 21 e a regulamentação da Emenda 29.

Então, quero solicitar, aqui, uma reflexão sobre esses dados. Na verdade, dialogar com a própria Presidente que, na campanha, no segundo turno... E

muitos brasileiros, no segundo turno – eu, inclusive –, acreditamos nesse compromisso da Presidente Dilma de investir, de garantir a aprovação da regulamentação da Emenda 29.

Nós temos, nós falamos hoje, véspera do Dia do Professor, que o Brasil está diante de dois desafios, que eu vou tratar, aqui, como desafios civilizatórios, Senadora Lídice.

Nós não temos como colocar como comparação para nós... Nós estamos vendo, nos Estados Unidos, o Presidente Obama enfrentar os setores mais conservadores porque quer garantir o que, no Brasil, nós já temos consagrado pela Constituição: o acesso universal à saúde pública. De tantas conquistas da Constituição de 1988, essa foi uma das mais importantes.

Senadora Lídice, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Senador, me perdoe interrompê-lo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – É apenas para saudar e registrar a presença dos alunos do Ensino Fundamental do Colégio Maria Imaculada, da cidade de Goianésia, Goiás, cidade vizinha nossa.

Queremos agradecer a presença de todos. Aproveitem o conhecimento do Senado, e estão ouvindo, aqui, um de seus mais brilhantes Senadores.

Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Senadora Lídice. Da mesma forma, saúdo a todos os estudantes. Espero que a gente esteja contribuindo para um Brasil que vai ser legado para vocês, com educação e com saúde. É disso que estamos tratando aqui.

Então, Senadora Lídice, para concluir, é isto o que esperamos. São dois desafios centrais: investimento em educação e investimento em saúde. Ampliar o investimento em educação para 10% do nosso Produto Interno Bruto e aprovamos a regulamentação da Emenda nº 29, porque são dois desafios, Presidente, eu diria, civilizatórios para o nosso País. Nós temos de, na verdade, completar as conquistas que tivemos por sua graça, por sua intervenção e de tantos brasileiros na Constituição de 1988. É a garantia de que educação e saúde são direitos de todos em nosso País e que devem ser assegurados pelo nosso Estado. E o nosso País, pelo dinamismo de sua economia, pela sua capacidade arrecadatória, pela força do seu Estado, tem condições concretas de realizar e concretizar esses dois desafios.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Obrigada por sua contribuição, sempre correspondendo aos interesses do nosso povo. Agradeço a presença de V. Ex^a na sessão de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como primeiro assunto ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “União gastará mais com seguro-desemprego”, publicada pelo jornal **Valor Econômico** de 21 de setembro de 2011.

A matéria destaca que os gastos com o seguro-desemprego e o abono salarial este ano não serão mais reduzidos em R\$ 3 bilhões, em relação ao que consta da lei orçamentária, como anunciou o governo em fevereiro. Ao contrário, ficarão R\$ 2 bilhões acima do projetado no Orçamento, de acordo com o relatório de avaliação das receitas e despesas, relativo ao quarto bimestre, encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Como segundo assunto, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O capital estrangeiro vai se reduzir a partir de agora”, publicado pelo jornal **O Estado de S.Paulo** de 21 de setembro de 2011.

O editorial destaca que o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, reconheceu, em Lisboa, que o Brasil poderá sofrer as consequências de uma eventual inversão do fluxo de capitais, apesar das medidas preventivas adotadas para enfrentar essa situação.

Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Despesa com benefícios subirá R\$ 2 bi, em vez de cair R\$ 3 bi, como anunciado em fevereiro

União gastará mais com seguro-desemprego

Ribamar Oliveira
De Brasília

Os gastos com o seguro-desemprego e o abono salarial este ano não serão mais reduzidos em R\$ 3 bilhões, em relação ao que consta da lei orçamentária, como anunciou o governo em fevereiro. Ao contrário, ficarão R\$ 2 bilhões acima do projetado no Orçamento, de acordo com o relatório de avaliação das receitas e despesas, relativo ao quarto bimestre, encaminhado pelo governo, na segunda-feira, ao Congresso Nacional.

A redução das despesas com o seguro-desemprego e o abono fazia parte do corte de R\$ 50,6 bilhões que o governo anunciou para cumprir a meta de superávit primário deste ano. Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, informou na época, a redução seria obtida com uma melhor gestão do programa e com o combate às fraudes.

Algo não funcionou como o governo esperava, pois as despesas com o seguro-desemprego e o abono salarial cresceram 17,7% de janeiro a agosto deste ano, em comparação com igual período do ano passado, mesmo com a criação de novos empregos batendo recorde. Elas atingiram R\$ 22,66 bilhões, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). No mesmo período do ano passado, o gasto tinha sido de R\$ 19,26 bilhões.

Em todo o ano passado, as despesas com o seguro-desemprego e

o abono ficaram em R\$ 29,81 bilhões. A lei orçamentária de 2011 prevê que esse gasto fique em R\$ 30,09 bilhões. Em fevereiro, o governo reduziu a estimativa para R\$ 27,09 bilhões. Agora, acredita que ficarão em R\$ 32,09 bilhões. Nem a Fazenda, nem o Ministério do Trabalho voltaram a falar no combate às fraudes nessa área.

O governo informou também que reviu a previsão de gasto com os benefícios previdenciários este ano. Em fevereiro, uma redução de R\$ 2 bilhões nessas despesas, em relação ao que consta da lei orçamentária, foi anunciada como outra medida do ajuste fiscal. Agora, o governo projeta aumento de R\$ 3 bilhões nos gastos com benefícios previdenciários.

No relatório do quarto bimestre consta ainda a informação que as despesas do governo foram elevadas em R\$ 11,2 bilhões, em relação ao projetado no relatório do terceiro bimestre, sendo R\$ 5 bilhões com o seguro-desemprego e abono salarial e R\$ 5,49 bilhões com os benefícios previdenciários. As despesas custeadas com recursos de doações e convênios cresceram R\$ 614,1 milhões. Além disso, foi realizado descontingenciamento de R\$ 159,4 milhões para o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público da União.

Não há mais referência, no relatório do quarto bimestre, ao ajuste fiscal de R\$ 50,6 bilhões, anunciado em fevereiro. Ele era composto por uma redução de R\$ 12,26 bilhões nas despesas obrigatórias, de R\$ 36,2 bilhões nas despesas dis-

cricionárias do Executivo (quase tudo emendas parlamentares ao Orçamento), de R\$ 1,6 bilhão por conta de vetos da presidente Dilma Rousseff à lei orçamentária e de R\$ 577,1 milhões por causa do contingenciamento feito nos gastos do Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União.

Nos relatórios anteriores de avaliação de receita e despesas, o governo já tinha informado que havia elevado a previsão de despesa em R\$ 3,4 bilhões. No relatório do quarto bimestre, o aumento das despesas foi de R\$ 11,2 bilhões. No total, portanto, as despesas cresceram R\$ 14,6 bilhões em relação à programação do decreto de contingenciamento de março (este valor não inclui o aumento das transferências para Estados e municípios, no montante de R\$ 1,4 bilhão). O corte das despesas orçamentárias, portanto, foi reduzido para R\$ 36 bilhões (R\$ 50,6 bilhões menos R\$ 14,6 bilhões).

No relatório do quarto bimestre, o governo garante que elevará a meta de superávit primário do ano em R\$ 10 bilhões. O aumento do superávit e das despesas, ao mesmo tempo, será possível porque a previsão de receitas da União foram elevadas em R\$ 26,07 bilhões, em relação à estimativa feita no decreto de contingenciamento de março. Na época, a previsão era que a receita primária da União no ano ficaria em R\$ 971,38 bilhões (inclui receita previdenciária). Agora, segundo o relatório do quarto bimestre, o governo espera arrecadar R\$ 997,45 bilhões.

Economia

O capital estrangeiro vai se reduzir a partir de agora



O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, reconheceu, em Lisboa, que o Brasil poderá sofrer as consequências de uma eventual inversão do fluxo de capi-

tais, apesar das medidas preventivas adotadas para enfrentar essa situação.

O Brasil já passa por dificuldades para captar recursos no exterior – dificuldades que poderão aumentar nos próximos meses. Os investidores estrangeiros se mostram avessos ao risco e muito cautelosos para emprestar dinheiro a qualquer país – e ainda mais para fazer investimentos diretos. Fatores peculiares aumentam a prudência dos investidores em relação ao Brasil.

Nos sete primeiros meses do ano, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) líquidos somaram US\$ 38,4 bilhões. A previsão para o ano é de US\$ 55 bilhões. É provável que essa previsão não seja atingida, embora, com a desvalorização do real, os investidores recebem mais moeda nacional por suas aplicações.

As recentes medidas deverão afetar as entradas de IEDs. O aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos leva à desistência de grandes projetos. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre derivativos resulta na redução dos empréstimos intercompa-

nhias. E pode-se prever um aumento das remessas de lucros e dividendos das empresas, pois os países desenvolvidos precisam de recursos novos. Finalmente, a redução do crescimento de nossa economia deverá ocasionar um recuo dos IEDs.

No entanto, é na captação de recursos que o Brasil deverá enfrentar as maiores dificuldades para atender a uma dívida externa total, em julho, de US\$ 405,7 bilhões (inclusive empréstimos intercompanhias), com uma amortização do principal de US\$ 58 bilhões em 2012.

O quarto trimestre do ano é, geralmente, o período em que a captação de recursos é mais elevada. O Tesouro pretendia fazer uma emissão em real, mas já não se fala dessa operação. A Petrobrás também havia projetado uma emissão do mesmo tipo. Mas a desvalorização do real não é um fator atraente. Mesmo admitindo juros favoráveis, operações em moeda estrangeira representam neste momento um alto risco cambial que afasta as empresas brasileiras.

O Brasil, com suas grandes reservas, não deve ter problemas de curto prazo. Mas a balança comercial poderá ser afetada por uma menor demanda de commodities e uma queda dos seus preços (à exceção dos produtos agropecuários), enquanto as exportações de produtos industrializados demoram para reagir à nova taxa cambial.

Estado de São Paulo, 21/09/2011

A SRA. PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores.

Obrigada.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO DE 2011 DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2011

Às dez horas e dez minutos do dia 15 de setembro de dois mil e onze, na sala da Presidência do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença da Senadora Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidenta; dos Senadores Wilson Santiago, Segundo Vice-Presidente; Cícero Lucena, Primeiro-Secretário; João Ribeiro, Segundo-Secretário; Ciro Nogueira, Quarto-Secretário; João Durval, Segundo Suplente, Maria do Carmo Alves, Terceira Suplente e Vanessa Grazziotin, Quarta Suplente. Iniciando os trabalhos, a Senhora Vice-Presidenta, Senadora Marta Suplicy agradece a presença de todos e passa a apreciar as matérias legislativas, que constarão da ata da reunião da Mesa do Senado Federal. Após a votação dos requerimentos que integravam a pauta legislativa, assumiu a condução dos trabalhos o Senhor Presidente do Senado, Senador José Sarney. Concluída a apreciação das matérias legislativas, passou-se ao exame dos itens da pauta administrativa: Item 01 - Apreciação da prestação de contas e execução do plano de trabalho do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano relativa ao 2º trimestre de 2010, conforme processo nº 019524/10-2. Aprovado. Item 02 - Ato que dispõe sobre a sistemática de atualização do valor do limite financeiro destinado à reforma dos gabinetes e dos apartamentos do Senado Federal. Aprovado. Item 03 - Minuta de Anteprojeto de resolução que dispõe sobre o novo regulamento do Sistema Integrado de Saúde dos Servidores do Senado Federal apresentado pela Primeira Vice-Presidência do Senado. A Senhora Primeira Vice-Presidenta, Senadora Marta Suplicy, que preside o Conselho de Supervisão do SIS, informou que está propondo novo regulamento para o plano de saúde dos servidores da Casa. Em seguida, sugeriu a designação de uma reunião específica para apresentar as principais alterações propostas e comunicou que irá encaminhar, na próxima semana, aos gabinetes dos Senhores Senadores membros da Mesa a minuta do anteprojeto para exame. Por fim, foi apreciada proposta de Ato que determina a elaboração de Plano de Racionalização de Contratos de Prestação de Serviços. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às dez horas e cinquenta e cinco minutos, declarou encerrada a reunião, determinando que eu, Walter Ribeiro Valente Junior, Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal, lavrasse a presente Ata que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação.

Senador José Sarney - Presidente, Senadora Marta Suplicy - Primeira Vice-Presidenta, Senador Wilson Santiago - Segundo Vice-Presidente, Senador Cícero Lucena - Primeiro-Secretário, Senador João Ribeiro - Segundo-Secretário, Senador Ciro Nogueira - Quarto-Secretário, Senador João Durval - Segundo Suplente, Senadora Maria do Carmo Alves - Terceira-Suplente, Senadora Vanessa Grazziotin - Quarta-Suplente

Observações:

- Publicação extraída do Boletim original nº: 4819 de 29/09/2011

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL

NOMEACÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 186, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SARAH NOGUEIRA DE SOUZA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP08, no Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 27 de setembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 188, Seção 2, de 29/09/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4819 de 29.09.2011

NOMEACÃO

ATO DO PRESIDENTE Nº 187, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JULIANA COUTINHO VIANA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP08, na Presidência do Senado Federal, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 27 de setembro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 188, Seção 2, de 29/09/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4819 de 29.09.2011



SENADO FEDERAL

ATO Nº 188, DE 27 DE SETEMBRO DE 2011

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2011.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Artigos 54, Inciso II e Parágrafo Único e, 55, Inciso I, Alínea "a" e no § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de setembro/2010 a agosto/2011, na forma do Anexo nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador JOSÉ SARNEY

ANEXO

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOStO DE 2011

DEPESa COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.842.246.545,11	8.279.700,40
Pessoal Ativo	1.698.220.060,92	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.025.012.714,08	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	69.013.770,11	8.279.700,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	352.509.633,56	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.531.260,18	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	88.859.277,79	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	252.119.095,59	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	2.489.736.911,55	8.279.700,40
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III) + (II)		2.498.000.611,94
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		452.243.063.000,00
% de DESPESA BRUTA COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV)/(V)*100		0,45
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,66%		4.751.508.311,80
LIMITE PRODECIONAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,82%		4.532.011.116,70
FONTE: SIAFI, SISCORTEF e Portaria SÍN nº 647, de 19 de setembro de 2011.		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fornecidos no cálculo da despesa bruta com pessoal são os gastos com auxílio-creche registrados na conta 3.3.300.08.53, no valor de R\$ 3.001.436,02, segundo o Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria SÍN nº 249/2010.

O total de "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização" é composto pelos registros nas contas 3.3.100.34.01, 3.3.300.34.01 e 3.3.300.92.34.

O valor no valor de R\$ 21.214.327,22 registrado no mês de dezembro/2010 na conta 3.3.190.34.01 refere-se à reclassificação das despesas no período de janeiro/2010 a maio/2010 e parte de junho e julho/2010 para a conta 3.3.300.34.01, de acordo com a Portaria Conjunta SÍN/SOF nº 01/2010, de 18/06/2010.

MARCOS ANTONIO KÖH - Diretor Financeiro
EDUARDO TORRES - Diretor da Secretaria de Controle Interno
DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO - Diretora-Geral

ATOS DA PRESIDÊNCIA DO SENADO FEDERAL**NOMEAÇÃO****ATO DO PRESIDENTE Nº 189, de 2011**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO CAIO LIMA DA COSTA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP08, Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 11 de outubro de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:

- Ato publicado no DOU nº 197, Seção 2, de 13/10/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4828 de 13/10/2011

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (3)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Anibal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: ssepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. n° 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n^{os} 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muiños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

** Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

**.. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,5,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
 - *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - **** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of nº 060/2011-GLDEM).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
 20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,3,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. N° 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício n° 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)

3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)

4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).

9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Giro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
 12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
 13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) (1,4)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (3)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27.04.2011.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,16)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Welton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

Edição de hoje: 134 páginas

(OS: 15431/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

